

Departamento de Sociologia

**Cobertura Jornalística de Congressos e Convenções Partidárias na
Imprensa Portuguesa em Momentos Pré-eleitorais:
Os Finais de Mandato de Cavaco Silva e António Guterres**

Vanda Luísa de Figueiredo Calado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Rogério José Almeida Santos, Professor Associado,
UCP – Universidade Católica Portuguesa

Coorientador:

Doutor José Jorge Fernandes Rodrigues Barreiros, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2012

Departamento de Sociologia

**Cobertura Jornalística de Congressos e Convenções Partidárias na
Imprensa Portuguesa em Momentos Pré-eleitorais:
Os Finais de Mandato de Cavaco Silva e António Guterres**

Vanda Luísa de Figueiredo Calado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Rogério José Almeida Santos, Professor Associado,
UCP – Universidade Católica Portuguesa

Coorientador:

Doutor José Jorge Fernandes Rodrigues Barreiros, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2012

Agradecimentos

Aos Professores Rogério Santos e José Barreiros, orientadores deste trabalho, devo o meu agradecimento mais especial e sentido.

Ao Pedro Abrantes, pela revisão crítica do texto e, sobretudo, pela imensa amizade e generosidade.

À Filipa Nogueira, pela enorme ajuda que prestou na fase final deste trabalho.

À minha família e a todos os meus amigos.

Resumo

A crescente mediatização das sociedades conduziu à reorganização do espaço da ação política, fazendo com que os acontecimentos políticos funcionem enquanto rituais mediáticos. Nesta reorganização dos espaços simbólicos, os media ganham um poder crescente e, enquanto veículos de transmissão de informação, acarretam consequências ao nível das formas comunicacionais dos campos político e social. Nesse sentido, desempenham uma função de mediação entre os acontecimentos e o produto final que chega ao público, selecionando e reconstruindo a realidade. A mediação é um processo estruturante desta experiência mediática, no qual atuam em conjunto os media e as organizações políticas, num esforço de cooperação tendo em vista a visibilidade dos acontecimentos.

O processo de mediação jornalística tem como resultado final o discurso dos media. A construção jornalística conta uma «estória», enquadrando-a através de esquemas de interpretação que caracterizam e balizam o trabalho jornalístico – através de processos de seleção da matéria noticiável, de correspondência a critérios de valor-notícia, de constrangimentos do trabalho jornalístico – fornecendo uma interpretação dos assuntos noticiados, constituindo-se como um instrumento de criação de realidade.

Este trabalho pretende caracterizar precisamente o discurso jornalístico na imprensa portuguesa sobre os congressos e convenções partidárias em dois períodos temporais distintos – 1994/1995 e 2000/2001 – que correspondem aos finais de mandato de Cavaco Silva e António Guterres. Para tal, recorreu-se à análise de conteúdo de peças jornalísticas na imprensa portuguesa sobre os eventos partidários que se realizaram nesses momentos, através de uma grelha de análise que pretende agrupar significações ao nível da substância dos textos.

Palavras-chave: jornalismo; imprensa; agendamento; valores-notícia; mediação; enquadramento; partidos políticos.

Abstract

The increasing mediatization of societies led to the reorganization of the political action arena, thus turning political events into media rituals. This reorganization of symbolic spaces increasingly empowers the media, as they become means for delivering information, and which brings consequences in terms of forms of communication of both political and social fields. They therefore play a role of mediation between the events and the final product that is made available to the public by selecting and reconstructing reality. Mediation is a structuring process of this media experience where both media and political organizations act together in an effort of cooperation with a view to obtaining visibility to the events.

The final result of the journalistic mediation process is the media discourse. Journalistic construction tells a *story* which is framed by interpretation schemes that characterize and limit journalistic activity – by means of selection processes of newsworthy items, matching of news value criteria, constraints on the journalistic field – thus providing an interpretation of the reported items, and becoming an instrument for creating reality.

This paperwork intends to portray journalistic discourse related to political party congresses and conventions in the Portuguese press in two distinct periods: 1994/1995 and 2000/2001. These periods correspond to the end of Cavaco Silva and António Guterres terms of office as Prime-Ministers. For this, a content analysis of journalistic items in the press related to political party events that took place at that specific period of time has been made. An analysis grid was used in order to group meanings in terms of substance of the texts.

Keywords: journalism; press; agenda-setting; news-values; mediation; frame; political parties.

Índice

Introdução	1
1. O papel de mediação do jornalismo	3
1.1. Profissionalização da comunicação política	5
1.2. Criação de acontecimentos mediáticos a partir de acontecimentos ritualistas	6
1.3. O papel do agendamento no enquadramento das notícias	6
1.4. O capital simbólico da comunidade jornalística	8
2. O jornalismo como lugar de construção social da realidade	11
2.1. O enquadramento das notícias como corrida de cavalos	11
2.2. A negatividade e o conflito enquanto critérios de noticiabilidade	12
2.3. A personalização da política como reflexo da coprodução de notícias	13
3. Objeto de estudo e metodologia	15
3.1. Delimitação do objeto de pesquisa	15
3.2. Contextualização da pesquisa empírica	15
3.3. Metodologia e procedimentos de operacionalização da pesquisa	16
4. Análise dos dados	19
4.1. Dimensão e forma da cobertura jornalística de congressos e convenções partidárias	19
4.2. Substância e atributos discursivos da cobertura jornalística de congressos e convenções partidárias	22
4.3. Os intervenientes da cobertura jornalística de congressos e convenções partidárias	31
5. Conclusões	37
6. Bibliografia	43
Anexo A	
Anexo B	
Anexo C	

Índice de quadros

Quadro 1.4. Género jornalístico das peças, por congresso/convenção, por publicação	21
Quadro 2.4. Tema principal das peças, por congresso/convenção, por publicação	23
Quadro 3.4. Tema secundário das peças, por congresso/convenção, por publicação	25
Quadro 4.4. Títulos das peças, por congresso/convenção, por publicação	26
Quadro 5.4. Estilo das peças, por congresso/convenção, por publicação	28
Quadro 6.4. Narrativa das peças, por congresso/convenção, por publicação	29
Quadro 7.4. Tom das peças, por congresso/convenção, por publicação	30
Quadro 8.4. Citações nas peças, por congresso/convenção, por publicação	33
Quadro 9.4. Enquadramento/Orientação das peças, por congresso/convenção, por publicação	35

Índice de figuras

Figura 1.3. Número total de peças publicadas, por publicação	18
Figura 1.4. Número total de peças publicadas, por congresso/convenção	20
Figura 2.4. Atores ou instituições referidas nas peças, por publicação	32

Introdução

A influência que os meios de comunicação social têm, atualmente, na vida dos cidadãos não diz apenas respeito à forma como podem moldar as suas atitudes, valores e comportamentos, mas também ao facto de serem veículos privilegiados de transmissão de informação, na medida em que permitem um acesso massificante a conteúdos das mais variadas áreas da vida social (Blumler e Gurevitch, 2007). Os media funcionam, assim, como um veículo de mediação entre os indivíduos e o quotidiano a que, de outra forma, dificilmente têm acesso. A política, por outro lado, devido à sua centralidade na organização societal, adquire uma importância crescente nos media.

No contexto da comunicação política, os media ocupam uma posição primordial, não só porque possibilitam a circulação dos discursos, mas também porque asseguram, de uma certa forma, a lógica representativa do sistema político, contribuindo para o seu não fechamento. Esta centralidade dos media decorre daquilo a que Habermas (1984) chamou a reconfiguração da esfera pública. Nesta nova configuração, a esfera pública é dominada pelos media, e os partidos políticos veem-se compelidos a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário. Consequentemente, surge o negócio do *marketing* político e, com isto, abrem-se novos horizontes à entrada de especialistas em publicidade, neutros em matéria de política partidária, e que são contratados para vender política sob um ónus apolítico.

Não obstante, a comunicação política não se reduz ao espaço que ocupa no campo mediático. Uma parte importante é influenciada pela sua relação com os media, mas esta ação comunicativa existe para além destes – nomeadamente no contato direto com os cidadãos -, e para além dos momentos eleitorais.

Tendo em linha de conta a abrangência dos processos de comunicação política, este trabalho debruça-se apenas sobre uma parte. Insere-se nos estudos da agenda mediática (Santos et al, 2002; Traquina, 2000a; Traquina et al, 2007) e pretende caracterizar o discurso jornalístico que resulta da cobertura de congressos e convenções partidárias em dois momentos distintos da vida política portuguesa. A opção de analisar os eventos partidários baseia-se no facto de estes funcionarem como uma oportunidade para os partidos políticos se dirigirem ao eleitorado dentro e fora do contexto de campanhas eleitorais (Faucher-King, 2005), aos quais dedicam uma atenção especial tentando condicionar de uma forma que lhes seja favorável a respetiva cobertura mediática.

Em termos teóricos, partimos do pressuposto – transpondo a proposta de Berger e Luckmann (2004) para o nosso objeto de estudo – que o produto jornalístico que resulta da cobertura destes eventos é uma reconstrução social da realidade que lhe dá origem, na medida em que o campo jornalístico opera de acordo com idiosincrasias que balizam o seu discurso: é uma comunidade com características próprias e distintas de outros campos sociais (Bourdieu, 1997; Mouillaud e Porto, 2002; Ponte, 2004; Traquina, 2004) e possui ferramentas de trabalho que enquadram o seu discurso de certas formas e não de outras (Entman et al, 2009; Galtung e Ruge, 1999; Goffman, 1976; Hall et al, 1978; Semetko et al, 2007; Schudson, 2003; Shoemaker et al, 2009; Traquina, 2002 e 2004; Wahl-Jorgensen

e Hanitzsch, 2009). É neste sentido que defendemos que o produto jornalístico conta uma «estória» sobre os eventos partidários, não se limitando a ser um canal de transmissão da mensagem política (Brewer e Siegelman, 2002; Esteves, 2003; Graber, 2000; Gurevitch e Blumler, 1999; Patterson, 2000; Schudson, 1999 e 2003; Siegelman e Bullock, 2000; Stanyer, 2001).

Especificamente, propomo-nos estudar uma parte do processo de mediação operado pelos media, que se traduz na mediatização de eventos partidários em momentos que precedem atos eleitorais. Nessa medida, o objetivo deste estudo é identificar as semelhanças e diferenças na cobertura jornalística destes eventos realizada pela imprensa portuguesa nos finais de mandato de Cavaco Silva e António Guterres. Para tal, iremos optar por uma abordagem metodológica quantitativa das peças jornalísticas publicadas na imprensa. Interessa-nos compreender o resultado da mediatização jornalística em termos de dimensão da cobertura, de características do discurso, do enquadramento selecionado e dos intervenientes da narrativa. Em suma, pretendemos caracterizar a «estória» que os media contam acerca dos congressos e convenções partidárias que antecederam momentos eleitorais.

O trabalho aqui apresentado encontra-se organizado em cinco capítulos assim distribuídos:

No capítulo 1 (O papel de mediação do jornalismo) apresentam-se alguns contributos teóricos que norteiam a perspetiva da função mediadora do jornalismo no contexto da comunicação política, como forma de compreender esta dinâmica relacional entre os campos político e mediático.

No capítulo 2 (O jornalismo como lugar de construção social da realidade) pretende-se contribuir teoricamente para uma abordagem do jornalismo enquanto espaço de produção de significado no âmbito dos eventos partidários.

No capítulo 3 (Objeto de estudo e metodologia) é feita a apresentação do objeto de estudo, o seu enquadramento social e a explicitação da estratégia metodológica adotada.

O capítulo 4 (Análise dos dados) é dedicado à interpretação dos dados estatísticos resultantes da análise empírica do objeto de estudo tendo em conta as hipóteses de trabalho definidas.

Finalmente, o capítulo 5 (Conclusões) apresenta as conclusões do estudo com base na análise empírica dos dados e na nossa proposta teórica, tendo como linha orientadora as hipóteses de trabalho definidas.

1. O papel de mediação do jornalismo

Um dos modelos mais conhecidos para definir o ato de comunicação foi proposto por Harold D. Lasswell (em McQuail e Windahl, 1993: 21). A chamada Fórmula de Lasswell pretende responder às seguintes perguntas: Quem? (emissor); Diz o quê? (mensagem); Por que canal? (meio); A quem? (recetor); Com que efeito? (efeito). A utilidade desta fórmula revela-se ao nível das várias possibilidades de investigação em comunicação. O presente trabalho foca-se na segunda componente do modelo - «Diz o quê?» - recorrendo à análise de conteúdo.

Para tal, pretendemos caracterizar o discurso jornalístico que é produzido sobre os eventos partidários tendo em linha de conta que os espaços mediático e político são interdependentes, sendo a atuação no campo jornalístico fortemente constrangida por outros campos sociais, nomeadamente o político (Champagne, 2005: 49). Especificamente, a comunicação política ganhou importância a partir do momento em que os meios de comunicação social começaram a ocupar um lugar cada vez mais proeminente nos processos políticos. Nesta medida, as notícias funcionam como o meio mais eficaz, e muitas vezes o único, de informar as pessoas acerca da sua ação. Para o campo político, são uma forma poderosa de dar a conhecer e influenciar. Existe, portanto, uma ligação sistémica entre os campos político e jornalístico, que se influenciam e condicionam mutuamente. Se o trabalho que aqui propomos se centra apenas na análise dos atributos jornalísticos, é preciso, contudo, sublinhar que para os compreender claramente teremos também de olhar para as relações que se estabelecem entre os dois campos, pois o produto jornalístico resulta tanto de constrangimentos inerentes à sua cultura profissional, como das dinâmicas relacionais estabelecidas com o campo político.

Por esse motivo, interessa-nos compreender o processo de mediação jornalística sobre os atos políticos, tendo como pressuposto a crescente mediatização dos mesmos. O conceito de mediação é aqui entendido como o espaço que se interpõe entre o público-leitor e a realidade – cuja função é conferir significado a essa mesma realidade e transmiti-lo à audiência (Mazzoleni e Schulz, 2007) – numa aproximação à noção de espaço público teorizada por Habermas (1984) que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, se torna, tendencialmente, imaterial, abstrato e universal (Miranda, 1995).

Com o alargamento e reconfiguração da esfera pública, as formas de exercício do poder nas sociedades democráticas alteraram-se. Os media tornaram-se o lugar central de difusão dos discursos públicos, entre eles, os discursos políticos, não se limitando a torná-los visíveis, mas substituindo os antigos lugares de debate. As notícias publicadas refletem a especificidade deste processo de mediação, que é exercido tendo em conta vários constrangimentos próprios da produção jornalística e a sua interação com o espaço político.

Com base nos contributos teóricos aqui propostos, pretendemos operacionalizar a noção de construção social da realidade através do conceito de mediação jornalística. Entendemos que este processo de mediação aplicado aos eventos partidários resulta num produto com características próprias regulares, que constroem um sentido. Julgamos que a importância da compreensão destas

regularidades se relaciona com o facto da democracia participativa direta nas nossas sociedades apenas ser possível até um determinado ponto. Os cidadãos não podem estar presentes em todos os atos políticos, por contingências de tempo e de espaço. Assim, os meios de comunicação social, e especificamente o jornalismo, funcionam como o espaço de representação política à disposição dos indivíduos e esta função conferiu um papel cada vez mais importante aos media (Dahlgren, 1995), na medida em que os fluxos comunicacionais foram transferidos do sistema político para o sistema mediático (Habermas, 1984).

A crescente centralidade dos meios de comunicação de massas na esfera pública – um dos seus elementos constituintes – afetou irreversivelmente os modos de fazer política, assim como a forma como é dada a conhecer ao público. Este novo espaço público pode ser entendido não apenas como lugar de debate, como referia Habermas, mas também como lugar de mediação entre a sociedade civil e o Estado (Mesquita, 2004: 92).

Pissarra Esteves refere-se a esta função mediadora da comunicação como «meta-instituição» (2003: 15), por ser transversal à maioria dos campos sociais. O autor define, então, espaço público como o lugar por excelência das trocas simbólicas entre os cidadãos e os media, sendo estes últimos “modernos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica da experiência humana.” (Esteves, 2005: 13). A nova configuração do espaço público – um espaço público mediatizado – torna-o indissociável do papel dos media. Contribui para a constituição da experiência comum e da memória coletiva, por influenciar a tomada de conhecimento e a perceção que se obtém da ação política (Correia, 2000).

Entendemos também que no campo político a ação é inseparável da comunicação, sobretudo nos Estados democráticos, onde a estratégia de comunicação dos partidos pode ditar os seus resultados eleitorais. A função mediadora dos media neste contexto é participada tanto pelos processos de comunicação política, como pelas características do campo jornalístico, e traduz-se em determinadas formas de mediatização dos acontecimentos políticos. Chegamos, assim, ao nosso objeto de estudo: a caracterização dos atributos jornalísticos na cobertura de congressos e convenções partidárias em momentos pré-eleitorais. Desta forma, pretendemos compreender a «estória» que os media contam acerca destes eventos.

Os congressos e convenções são momentos fulcrais na vida interna dos partidos, organizados tendo em conta a sua repercussão mediática. A cobertura jornalística destes eventos funciona como uma narrativa (Stanyer, 2001) que reconstrói a realidade do acontecimento em causa (Berger e Luckmann, 2004). Os jornalistas são «empacotadores» do material em bruto que é fornecido pelos atores e instituições políticas e tentam contar uma «estória», ou seja, as notícias sobre os eventos partidários em análise não são um simples canal de transmissão da mensagem dos políticos (Gurevitch e Blumler, 1999).

Também Schudson defende que “(...) o poder dos media está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem.” (1999: 279). A isto Mouillaud e Porto chamam

“ciclo ininterrupto de transformações” (2002: 51), transformações de sentido conferidas ao acontecimento pelos jornalistas e, posteriormente, pelo público que descodifica esse sentido de acordo com o seu quadro mental. Nesta medida, as notícias sobre os eventos partidários caracterizam-se pela sua performatividade, pois produzem efeitos para além da sua correspondência com a realidade social que os originou (Mesquita, 2004: 114).

1.1. Profissionalização da comunicação política

A ausência de meios de comunicação de massas no seio dos partidos políticos impede que os mesmos se expressem socialmente e atinjam o seu eleitorado de forma alargada. Neste sentido, nenhum partido pode, atualmente, alhear-se do espaço de transmissão da sua mensagem que se tornou a comunicação social (Aguilar, 1983). Os eventos partidários, como os congressos e as convenções, são organizados tendo em consideração a sua transmissão mediática. Em função disso, também os partidos políticos adaptaram as suas formas de comunicação aos modelos comunicacionais e aos ritmos dos media. Tendo em conta a evolução na organização dos partidos políticos, estes aprenderam a utilizar as tecnologias da comunicação e as técnicas de persuasão disponíveis, de forma a mobilizarem eleitores, tornando-se cada vez mais profissionais na transmissão da mensagem política (Negrine, 2007).

Estamos, pois, perante a noção de comunicação política que se refere ao processo de publicitar os atos políticos com o objetivo de atingir o público-eleitor e gerar o seu apoio. Esta necessidade de publicitação trouxe mudanças significativas sobre as formas de fazer política, nomeadamente, a presença permanente de especialistas de comunicação dentro dos partidos (Swanson, 1995). De acordo com a definição proposta por Mário Mesquita, a comunicação política define-se por “um conjunto de técnicas e processos utilizados pelos atores políticos, sejam eles pessoas singulares ou coletivas, a fim de influenciarem a opinião” (2004: 81).

Esta adoção generalizada de técnicas de comunicação pelos partidos políticos reflete aquilo a que Pippa Norris chama de «profissionalização» ou «modernização» das campanhas (1999: 2). É um processo que envolve um planeamento para definir os objetivos do partido, a identificação dos eleitores-alvo, a definição dos assuntos a abordar, a organização dos temas e das imagens, a organização dos recursos financeiros e organizacionais, e a definição do enquadramento dentro do qual a campanha irá ter lugar.

Também Papathanassopoulos et al (2007) se referem ao conceito de profissionalização da política como um processo de mudança que acarreta uma melhor e mais eficiente organização de recursos e competências de forma a atingir os objetivos desejados. A profissionalização da política pode resultar, de acordo com estes autores, tanto da necessidade de mobilizar um eleitorado em mudança, como da necessidade de atrair a atenção dos media. Então, a profissionalização da comunicação política traduz um distanciamento face às formas tradicionais de campanha política, assim como mudanças no seio do sistema político, acarretando uma interdependência entre sistemas político e mediático (Papathanassopoulos et al, 2007).

1.2. Criação de acontecimentos mediáticos a partir de acontecimentos ritualistas

Através dos media, os políticos ganham a capacidade de falar virtualmente para todos – aquilo a que Marc Augé chama de «dispositivo ritual alargado» (1994: 112). De acordo com Abélès (1995), o conceito de ritual consagra a propriedade social e simbólica que está de acordo com as posições objetivas que os indivíduos ocupam na sociedade e institui-se como uma prática que permite transformar o real.

Segundo Pippa Norris (1999: 15), as campanhas eleitorais podem ser vistas como dispositivos ritualistas, onde todos os atores envolvidos passam por fases comuns. Os acontecimentos políticos podem, assim, ser entendidos como narrativas onde os seus protagonistas atuam de acordo com guiões pré-estabelecidos. Nesta definição enquadram-se os eventos partidários, como os congressos e as convenções. São momentos da vida interna dos partidos políticos que obedecem a regras e lógicas internas, algumas formalistas – como os seus estatutos –, outras simbólicas – como a proeminência dada às figuras de topo da organização (Calado, 2007; Santos et al, 2002; Stanyer, 2001). Porém, para além do seu carácter ritualista, estes acontecimentos têm uma relação com o exterior. Respondem não apenas a requisitos internos da organização partidária, mas também ao propósito de alcançar eleitores. E, para isto, os partidos políticos precisam que os eventos que organizam tenham repercussão nos meios de comunicação social.

Podemos, assim, considerar estes eventos partidários como acontecimentos mediáticos, conceito proposto por Daniel Dayan e Elihu Katz (1999) para enquadrar um género de emissão televisiva diferente das emissões normais. A principal diferença reside no facto dos acontecimentos mediáticos serem acontecimentos não rotineiros, ou interrupções da rotina, e destacam-se de outras conceções de acontecimentos, como por exemplo dos pseudoacontecimentos, por serem organizados fora dos media (Mesquita, 2004). Isto significa que teriam lugar mesmo sem a presença da televisão. São organizados por uma entidade exterior, decorrem fora dos estúdios de televisão e esta serve apenas como canal de transmissão. Apesar disso, a sua organização tem em vista a respetiva transmissão televisiva, havendo uma negociação e entendimento entre os organizadores e os transmissores do acontecimento (Dayan e Katz, 1999).

A teoria dos acontecimentos mediáticos sugerida por Dayan e Katz é vocacionada para os acontecimentos transmitidos pela televisão; no entanto, a proposta teórica destes autores será aplicada ao nosso objeto de estudo, na medida em que, e de acordo com Schudson (2003), a imprensa, exceto no que diz respeito à transmissão em direto – pelas características tecnológicas do meio -, confere uma cobertura semelhante a estes acontecimentos.

1.3. O papel do agendamento no enquadramento das notícias

Em 1922, Walter Lippmann (em Traquina, 2004) antecipava o conceito de agendamento (*agenda-setting*) ao defender que os media são o principal instrumento de ligação entre os acontecimentos

numa sociedade e as ideias que os indivíduos formulam acerca deles. Mais tarde, em 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolvem o conceito, postulando que os media não dizem às pessoas como pensar, mas dizem-lhes sobre o que pensar. Passados cerca de 20 anos, estes autores reformulam o seu postulado inicial, sublinhando a importância da marcação da agenda mediática e do poder dos media, afirmando que estes não só dizem às pessoas sobre o que pensar, mas também como pensar, ou seja, o que pensar – uma reformulação que reforça o poder dos meios de comunicação de massas ao nível dos efeitos no público.

A transição teórica acima descrita pode ser vista através da proposta de Coleman et al (2009: 149) que divide o conceito de agendamento em dois níveis: o primeiro nível, que corresponde ao conceito original de *agenda-setting*, reflete a ideia de que os assuntos mais presentes na agenda mediática se tornam aqueles que o público considera como mais importantes (relaciona-se com a quantidade das notícias); o segundo nível de agendamento respeita à forma como os assuntos são tratados nos media (relaciona-se com os atributos das notícias). Desta forma, os media não se limitam a marcar a agenda, como também enquadram esses assuntos.

Goffman (1976: 10-11) define o conceito de enquadramento (*frame*) como um conjunto de esquemas de interpretação, isto é, os elementos constitutivos da subjetividade do indivíduo que dão significado ao evento que lhe é apresentado, sem os quais esse mesmo evento não poderia ser identificado nem compreendido. Similarmente, Traquina (2004: 13) e Coleman et al (2009: 150) referem que o enquadramento se define por uma ideia organizadora que confere sentido aos acontecimentos sugerindo o que é um tema. Portanto, através dos enquadramentos, as notícias fornecem definições da realidade social.

O enquadramento das notícias implica a atribuição de significados que são gerados pelas formas de recolha, produção e organização das notícias, assim como pela necessidade de as apresentar de uma forma que ajude a audiência a compreender o assunto em questão (Entman et al, 2009; McQuail e Windahl, 1993; Semetko et al, 2007; Schudson, 2003; Shoemaker et al, 2009; Wahl-Jorgensen e Hanitzsch, 2009). Nesta medida, o facto de os media selecionarem determinados temas em detrimento de outros produz efeitos na opinião pública, pois o público tende a conhecer aquilo que lhe é transmitido pelos media e a adotar a sua ordem de prioridades. Os indivíduos organizam, assim, mentalmente as suas perceções do mundo. Este paradigma pode resumir-se da seguinte forma: os assuntos que recebem mais atenção dos media tornam-se mais familiares e mais importantes para o público, ao invés, aqueles que recebem menos atenção têm uma receptividade em conformidade por parte do público.

Tendo em conta este pressuposto, Pissarra Esteves (2003: 39) defende que o processo de agendamento não é politicamente inócuo, pois não é democrático. Em primeiro lugar, afirma, corresponde a uma determinada estrutura económico-política de organização dos media. Em segundo lugar, não é deliberativo, é um processo de fechamento. Finalmente, a organização dos media está

ancorada em interesses particulares, o que faz com que a comunicação pública tenda a perder o seu carácter livre e autónomo, exprimindo de forma deficitária a dinâmica da sociedade civil.

Tendo como pano de fundo as notícias sobre assaltos violentos (*mugging*) no Reino Unido, também Stuart Hall et al (1978) recorreram ao conceito de enquadramento, ou definição da situação, para caracterizar as notícias. Os autores definem as notícias como o produto final de um processo que se inicia na seleção sistemática de eventos e de tópicos em consonância com categorias socialmente construídas; passando pelas práticas rotineiras do trabalho jornalístico que, com base nos critérios dos valores-notícia, ajudam a decidir o que é noticiável e o que não é, assim como a sua hierarquização; e terminando na construção da própria história da notícia, ou seja, dota os eventos de significados que sejam familiares à audiência, insere-os num contexto social e confere-lhes inteligibilidade para serem recebidos pelo público. Este processo de significação ajuda a construir, segundo Hall et al, a sociedade como um consenso.

Ainda de acordo com os autores, deve ter-se em conta que os eventos noticiados pelos media ocorrem, regra geral, fora da experiência direta da maior parte dos cidadãos, o que faz com que os media sejam a principal, e muitas vezes, a única fonte de informação acerca de um conjunto alargado de eventos. Para além disto, e como já se viu, o papel dos media não se esgota na seleção dos tópicos noticiáveis, passando também pela oferta de interpretações sobre esses eventos. Ora, este quadro de significações oferecido pelos media encontra-se condicionado, muitas vezes em virtude das pressões de tempo e de recursos a que os jornalistas estão sujeitos, mas também pela sua dependência face às fontes de informação que, por sua vez, disponibilizam as suas próprias definições da realidade social, aquilo a que Hall et al chamam «definidores primários», por estabelecerem a definição inicial ou interpretação primária do tópico em questão, determinando, assim, o tratamento subsequente que vai orientar a construção das notícias.

A este respeito, Schudson introduz o conceito de «para-jornalistas» (2003: 3), para definir as fontes de informação enquanto parte da relação dialética de construção das notícias. É, no entanto, necessário notar que, apesar da relação estruturante entre os definidores primários e os media, estes últimos têm um papel ativo na construção do produto final que é a notícia, muito especialmente ao nível da seleção dos tópicos provenientes dos definidores primários, processo através do qual o próprio meio de comunicação social impõe os seus critérios na interpretação que faz do tópico.

1.4. O capital simbólico da comunidade jornalística

Tendo em consideração a referida função interpretativa dos media, Bourdieu (1997: 49) defende que o campo jornalístico assenta num conjunto de pressupostos e crenças partilhadas, fazendo com que o processo de produção jornalística esteja, também ele, limitado pela posição que os jornalistas ocupam na estrutura social. O campo jornalístico constitui-se com o surgimento de um grupo de especialistas que se tornam profissionais e que dominam uma linguagem específica. Este processo de profissionalização é concebido por Nelson Traquina (2004) como uma «tribo», ou seja, uma

comunidade interpretativa – um grupo que se encontra unido pela partilha na interpretação da realidade.

Cada campo, e também o campo jornalístico, possui um capital de recursos que, para além de económicos, podem ser simbólicos, culturais e políticos. Esta dimensão simbólica relaciona-se com o conceito de *habitus*, também introduzido por Bourdieu (1979), que define um sistema de práticas sociais, de estruturas interiorizadas, esquemas cognitivos e ações que é partilhado pelos membros de um determinado grupo. Desta forma, os jornalistas possuem uma maneira própria de ver a realidade que os rodeia, traduzida no reconhecimento e na narração da mesma, isto é, na seleção dos acontecimentos e na construção da notícia. Traquina (2004) defende que este saber define a cultura profissional dos jornalistas. Neste caso, a cultura jornalística reflete formas específicas de agir, falar e olhar a realidade.

De acordo com Bourdieu, “os jornalistas têm os seus «óculos» particulares através dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado.” (1997: 12). Revela-se aqui a importância dos critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia (Galtung e Ruge, 1999), que orientam o processo de seleção e produção das notícias – são referências disponíveis para a classe jornalística que possibilitam a construção da narrativa (Traquina, 2004) e que podem ser definidas como:

o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são suscetíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo valor-notícia. (Traquina, 2002: 173).

2. O jornalismo como lugar de construção social da realidade

Na perspectiva de Berger e Luckmann (2004), a vida quotidiana é apreendida pelos indivíduos como uma realidade ordenada, constituída previamente e organizada em padrões anteriores ao indivíduo. É através da linguagem usada na vida quotidiana que são fornecidas as objetivações necessárias para a aquisição de sentido da própria vida quotidiana. Os autores referem ainda que o conjunto social de conhecimentos sobre a vida quotidiana se caracteriza por zonas de familiaridade e de afastamento, tanto espacial como temporal, o que significa que um indivíduo nunca conhece na totalidade essa mesma realidade.

De acordo com esta proposta teórica, cada indivíduo “nasce numa estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam da sua socialização. Estes outros significativos são-lhe impostos. As definições destes quanto à situação dele são-lhe propostas como realidade objetiva.” (Berger e Luckmann, 2004: 139). Os outros significativos materializam a mediação entre o indivíduo e o seu mundo social, processo através do qual o mundo é filtrado para ele de acordo com a sua localização na estrutura social. Aplicada ao papel dos media, também Bourdieu se refere a esta noção de construção social da realidade, ao afirmar que nomear “é fazer ver, é criar, é trazer à existência.” (1997: 12). Afirma que, mais do que um instrumento de registo, os media são também um instrumento de criação de realidade.

Segundo Cristina Ponte (2004: 59), o jornalismo é um lugar de construção de um conjunto de conhecimentos, onde se faz a escolha do que aparece e do que não aparece. Neste sentido, o conhecimento jornalístico é um conhecimento social, em permanente construção e implica um posicionamento do indivíduo relativamente ao objeto. Daí que se negue a existência de um jornalismo totalmente objetivo e neutral. Este implica sempre uma perspectiva ideológica e construída sobre a realidade, à qual confere sentido. É precisamente no processo de significação que se encontram os fundamentos da noção de construção social da realidade operada pelos media (Traquina et al, 2007). Tendo em consideração esta construção de sentido, apresentaremos de seguida alguns atributos da narrativa jornalística que caracterizam a cobertura de eventos partidários.

2.1. O enquadramento das notícias como corrida de cavalos

Stanyer (2001) afirma que é colocada grande ênfase nas estratégias de comunicação dos partidos políticos, na tentativa de dominarem a agenda mediática, ao mesmo tempo que tentam eliminar qualquer tentativa rival de a definir. Isto levou a que as estruturas dos partidos políticos conferissem maior importância à disciplina dos seus membros, tentando evitar publicidade negativa que pudesse causar danos na sua imagem e, conseqüentemente, nos seus resultados eleitorais.

Não obstante, os media têm um papel pró-ativo na cobertura jornalística que fazem dos eventos políticos. Na perspectiva das notícias como construção é rejeitado o paradigma do «espelho» que defende que os media conseguem reproduzir a realidade (Traquina, 2000b). Especificamente, a realidade social é distinta da representação que os media noticiosos fazem dela, pois estes ajudam a

construir a própria realidade. Argumenta-se também que a linguagem não funciona como transmissora direta do significado dos acontecimentos, pois, tal como em Austin (1978), o próprio ato elocutório produz uma ação extra face à produção de um enunciado. Finalmente, o paradigma das notícias como construção defende que a representação que os media fazem dos acontecimentos resulta dos aspetos organizativos do trabalho jornalístico, das limitações de recursos (materiais e de tempo), dos critérios de noticiabilidade, das características tecnológicas dos vários meios noticiosos, da disponibilidade das fontes de informação, da necessidade de contar «estórias» apelativas, e do facto de os jornalistas não serem observadores passivos da realidade em causa. As notícias são, pois, enquadradas tendo em conta as características do campo jornalístico. Para Traquina, o conceito de enquadramento aplicado ao estudo das notícias, define-se como “um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia, na construção da «estória».” (2000a: 28).

Neste sentido, alguns estudos têm concluído que a cobertura jornalística dos eventos partidários se caracteriza pela história do *horse-race*, ou corrida de cavalos (Gitlin, 1991; Stanyer, 2001; Siegelman e Bullock, 2000; Graber, 2000). O interesse jornalístico reside em saber quem está a ganhar e quem está a perder (Schudson, 2008). Os media noticiosos concentram a sua atenção nos líderes partidários, tentando captar o drama da corrida em direção à meta. Recorrem às sondagens de opinião para refletir as posições dos líderes partidários, ou dos candidatos, ao mesmo tempo que analisam os seus pontos fortes e fracos, tentando assim explicar a posição em que se encontram (Siegelman e Bullock, 2000: 111).

2.2. A negatividade e o conflito enquanto critérios de noticiabilidade

Os atores políticos competem entre si pelo acesso aos media, tentando “mobilizar ocorrências como recursos para o seu trabalho de construção da experiência.” (Molotch e Lester, 1999: 40). No entanto, esta disputa pelo espaço público mediatizado é também observável entre atores políticos e mediáticos. As notícias são o produto de interações dinâmicas entre todos os agentes envolvidos, dinâmicas que podem ser de cooperação ou de competição (Faucher-King, 2005).

Segundo Arnaud Mercier (1996: 76), as relações entre políticos e jornalistas são antagónicas, dando, por isso mesmo, lugar a negociações que têm como consequência a transformação da estrutura em que se movem. Ao mesmo tempo que estes dois grupos se defrontam, eles também colaboram, entre o conflito e a troca de benefícios recíprocos. Nesta relação dialética, as características e especificidades destes grupos também se alteram, apesar de perpetuarem diferenças e da relação de forças persistir. Por um lado, os políticos procuram dominar a cobertura jornalística que é feita acerca da sua ação, pressionando os media para que integrem as suas regras de transmissão da mensagem. Por outro lado, os jornalistas impõem a sua própria cenografia ao evento em causa, através de uma trama narrativa simplificada e focada na luta pessoal (Mercier, 1996: 88).

Para compreendermos esta dinâmica relacional, recorreremos à proposta de Molotch e Lester (1999) que distingue a cobertura jornalística dos acontecimentos entre acontecimentos de rotina,

acidentes e escândalos. Os acontecimentos de rotina definem-se por serem intencionais e promovidos pelos mesmos agentes que os executam. Os acidentes refletem uma ocorrência que não é intencional e aqueles que a promovem enquanto acontecimento são distintos daqueles cuja atividade lhe deu origem. Caracterizam-se por conduzirem à quebra da ordem habitual e por, tendencialmente, produzirem resultados opostos aos dos acontecimentos de rotina, ou seja, a atividade intencional conduz a ocorrências imprevistas. Já os escândalos traduzem uma situação que se transforma num acontecimento pela ação intencional de agentes que não partilham as estratégias de produção daqueles que a executam. Distintos dos acontecimentos de rotina, a promoção dos escândalos não é feita por aqueles que, originalmente, despoletaram a ocorrência.

Assim, se nos acontecimentos de rotina os autores e os promotores coincidem, já no que respeita aos acidentes e aos escândalos, os promotores são motivados por interesses diferentes daqueles dos seus autores (Mouillaud e Porto, 2002: 37). Desta forma, e apesar da relação de interdependência entre partidos políticos e media, os interesses dos dois campos nem sempre são convergentes. Eles partilham um interesse no evento, mas as áreas de divergência passam pela cobertura dos conflitos intrapartidários, matéria que os partidos preferem que não seja coberta e que os media consideram particularmente interessante (Stanyer, 2001).

2.3. A personalização da política como reflexo da coprodução de notícias

Os congressos e as convenções partidárias são, para os partidos políticos, uma oportunidade única para determinarem a agenda mediática, procurando receber uma atenção favorável dos media, que são, provavelmente, a sua mais importante fonte de exposição pública. De acordo com o estudo realizado por Stanyer (2001), nestes eventos os partidos políticos reúnem grandes recursos para a atividade de gestão das notícias. As estruturas partidárias dispõem atualmente de figuras fixas dentro da sua organização que são profissionais de comunicação. Os chamados *spin doctors* têm acesso regular aos líderes partidários e a sua função reside em estabelecer a ligação entre a estrutura partidária e os media. Assim, as notícias são coproduzidas: enquanto os partidos políticos são os criadores da informação, os media reempacotam este material para fornecer à audiência (Stanyer, 2001). Estamos, então, perante uma relação de interdependência entre partidos e media, onde os primeiros precisam da atenção mediática e os segundos necessitam de matéria para a produção jornalística.

Os *spin doctors* sabem que as notícias são, em grande parte, influenciadas pela disponibilidade de fontes de informação e, assim, parte do seu trabalho está em garantir aos jornalistas o acesso a essas mesmas fontes. A relação entre jornalistas e fontes de informação determina que informação será disponibilizada ao público. Por um lado, as fontes podem dominar ou controlar a disponibilização de notícias, garantindo, ou tentando garantir, que as suas perspetivas enquadram a cobertura dos eventos; isto é, tentam determinar no espaço público a sua versão da realidade (Schudson, 2003: 134), tal como reflete o conceito de definidores primários de Stuart Hall et al (1978: 58). Por outro lado, é necessário

sublinhar que esta interação se faz através da negociação, pois os jornalistas também procuram as fontes.

A este respeito, Schlesinger (1990) critica a asserção de dominação dos definidores primários, argumentando que existe uma forte probabilidade do jornalista consultar mais do que uma fonte de informação, enfraquecendo o controlo atribuído aos definidores primários por Stuart Hall et al. No entanto, se atentarmos ao trabalho de Hansen e Dickinson (em Negrine, 1996), verificaremos que o processo de procura de informação por parte dos jornalistas é muito limitado, essencialmente feito de contactar pessoas e ser contactado por pessoas que já são, regra geral, fontes de informação conhecidas no campo jornalístico. E estas fontes estarão menos dispostas a disponibilizar informação que lhes possa ser prejudicial (Negrine, 1996: 28). Sendo assim, e tal como afirmam Bourdieu (1997: 8) e Schudson (2003: 144), as pessoas que participam nesta relação são tanto manipuladas como manipuladoras, e tanto mais quanto mais inconscientes estão desse facto.

Esta dependência das fontes de informação, a par da crescente mediatização do campo político, também conduziu à personalização da política, dando a impressão de um contacto direto com o público, de uma certa familiaridade, sendo os partidos impulsionados a atirar para o centro da relação mediática aqueles líderes ou candidatos que possam ser mais atrativos neste contexto (Swanson, 1995).

3. Objeto de estudo e metodologia

3.1. Delimitação do objeto de pesquisa

A noção de jornalismo como lugar de construção social da realidade significa que os processos de mediação lhe conferem determinados significados que, por sua vez, produzem um conhecimento social (Ponte, 2004; Traquina et al, 2007). O objeto de estudo deste trabalho respeita precisamente à identificação e caracterização de elementos da construção jornalística, de forma a compreendermos a «estória» contada pelos media. Especificamente, a «estória» dos congressos e convenções de partidos políticos portugueses em contextos pré-eleitorais, enquadrados em dois finais de mandato: de Cavaco Silva e de António Guterres.

Os congressos e convenções partidárias são acontecimentos constituintes da vida interna dos partidos políticos. Por um lado, são momentos de reunião, de organização e de decisão. Por outro, representam uma oportunidade de dotar o partido e os seus membros de visibilidade mediática. Existe, como já se viu anteriormente, uma inter-relação entre os processos de comunicação política e o campo jornalístico que define a mediação que se faz destes eventos, mas importa sublinhar que este trabalho se circunscreve à análise das características da mediação dos eventos partidários, portanto, dos atributos da narrativa jornalística.

Essencialmente, a nossa pesquisa foi desenvolvida em torno de três dimensões genéricas do produto jornalístico no contexto dos congressos e convenções partidárias em Portugal, que se prendem com a dimensão da cobertura, as características do discurso e o enquadramento selecionado, e os intervenientes da narrativa. Nesta medida, pretendemos identificar padrões e diferenças na cobertura jornalística destes eventos realizada por publicações impressas portuguesas nos dois finais de mandato referidos, tendo em consideração a conjuntura política nesse período. Na tentativa de orientar esta nossa abordagem ao objeto de estudo, formulámos três hipóteses de trabalho:

- 1) A primeira hipótese de trabalho postula que os eventos partidários (congressos e convenções) têm maior cobertura jornalística quando existe disputa de liderança;
- 2) A nossa segunda hipótese de trabalho defende que a cobertura jornalística dos eventos partidários (congressos e convenções) privilegia a negatividade e o conflito;
- 3) Na terceira hipótese de trabalho afirma-se que a cobertura jornalística dos eventos partidários (congressos e convenções) reflete uma informação política personalizada e o predomínio das vozes dos líderes partidários.

3.2. Contextualização da pesquisa empírica

O período de análise definido totaliza quatro anos, correspondentes aos finais de mandato de Cavaco Silva e António Guterres: 1994/1995 e 2000/2001, respetivamente. Estes finais de mandato tiveram

características especiais no que diz respeito à vida política nacional, surtindo nos partidos políticos a necessidade de acionar as suas estruturas internas para a preparação de eleições legislativas¹.

Especificamente, em 1995, Cavaco Silva abandona a liderança do PSD e decide não se recandidatar às seguintes eleições legislativas, num quadro social marcado por algumas conturbações, entre as quais o chamado «buziã» na Ponte 25 de Abril; no final de 2001, em sequência dos resultados eleitorais autárquicos negativos para o seu partido (PS), António Guterres demite-se e são convocadas eleições legislativas antecipadas.

Durante esses dois períodos, a composição das lideranças dos partidos políticos portugueses com representação parlamentar era a seguinte:

- PS: liderado por António Guterres entre 1992 e 2002. Em 2001, o partido realizou eleições para a liderança do partido, em congresso, onde António Guterres foi reeleito sem opositores. Ferro Rodrigues assumiu a liderança do partido em 2002, após a demissão de Guterres;

- PSD: liderado por Cavaco Silva entre 1985 e 1995. Nesse ano, a liderança foi disputada em congresso entre Durão Barroso e Fernando Nogueira, tendo sido assumida por este último até 1996. Entre 1996 e 1999, a presidência do PSD esteve a cargo de Marcelo Rebelo de Sousa, que foi depois substituído por Durão Barroso. Em 2000, novamente em congresso, a liderança do partido é disputada entre Durão Barroso, Santana Lopes e Marques Mendes, tendo o primeiro sido reeleito e mantido as funções de presidente até 2004;

- CDS-PP: liderado por Manuel Monteiro entre 1992 e 1998, foi nesse ano substituído por Paulo Portas;

- PCP: liderado por Carlos Carvalhas entre 1992 e 2004;

- BE: liderado por Francisco Louçã desde a sua criação em 1998.

3.3. Metodologia e procedimentos de operacionalização da pesquisa

Para respondermos ao objetivo de caracterizar a «estória» dos congressos e convenções partidárias contada pelos media recorreremos à análise de conteúdo, uma abordagem metodológica quantitativa e extensiva, que permite agrupar significações (Almeida e Pinto, 1995) da narrativa jornalística. Para tal, foram definidas categorias pertinentes e teoricamente suportadas para a classificação e quantificação dos elementos observáveis na comunicação. Este processo deve corresponder a critérios de objetividade e sistematicidade (Quivy e Campenhoudt, 1992) e tem como função primordial controlar a subjetividade da informação recolhida para análise, isto é, estudar os factos sociais como «coisas» segundo o modelo defendido por Durkheim (1967).

¹ O corpus em análise faz parte de um dos estudos de caso integrado no projeto de investigação “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002) desenvolvido pelo CIMJ (Centro de Investigação Media e Jornalismo) e apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com início em Maio de 2004. O projeto foi coordenado pela Prof. Doutora Isabel Ferin, tendo o presente estudo de caso ficado sob coordenação direta do Prof. Doutor Rogério Santos.

Esta técnica aplicada ao nosso objeto de estudo permite-nos, assim, identificar quantitativa e extensivamente alguns elementos da cobertura jornalística que definem o significado que os eventos partidários obtêm nos media, como sejam os aspetos da construção discursiva, os enquadramentos selecionados e os intervenientes das notícias.

Foi, então, construída uma grelha de análise composta por um conjunto de variáveis que procuram corresponder a este objetivo. Para cada variável e respetivas categorias foram definidos critérios analíticos objetivos e adequáveis a características distintas das peças jornalísticas, assim como das publicações, de forma a ser possível aplicar as mesmas variáveis a todo o corpus (ver Quadro 1. do Anexo A).

O nosso objeto empírico foi delimitado ao universo das peças jornalísticas publicadas na chamada imprensa de referência cujo tema, seja principal ou secundário, incide na realização de congressos ou convenções dos partidos políticos com assento parlamentar (PS, PSD, CDS-PP, PCP e BE) durante os dois finais de mandato em análise.

Foram contempladas seis publicações com características distintas: dois jornais diários (Diário de Notícias e Público), dois jornais semanais (Expresso e Independente) e duas revistas semanais (Visão e Revista do Expresso)².

Durante o intervalo temporal definido, realizaram-se nove eventos: sete congressos (CDS-PP em 1994, 1995 e 2000, PSD em 1995 e 2000, PCP em 2000 e PS em 2001) e duas convenções (PS em 1994 e BE em 2001). Delimitou-se um período de onze dias para os analisar, incluindo os dias de realização dos eventos, a semana anterior e um dia após o encerramento. A decisão de analisar a semana que antecede cada evento prende-se com o facto da maior parte das peças jornalísticas ser publicada neste período. O mesmo acontece nos dias de realização dos eventos e no dia seguinte, a partir do qual o tema deixa de permanecer na agenda jornalística.

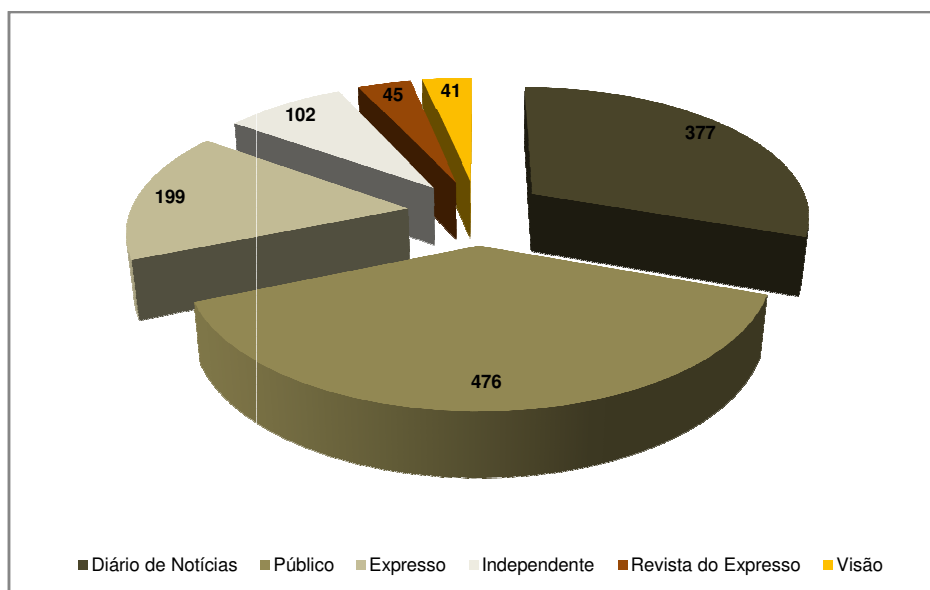
A recolha do corpus foi realizada na Hemeroteca Municipal de Lisboa. A estratégia definida incluiu ler a totalidade das peças dos cadernos principais³ das seis publicações incluídas no estudo e fotocopiar os itens considerados para análise.

No total, foram recolhidas 1240 peças jornalísticas, como mostra a Figura 1.3..

² Apesar da revista Visão existir desde 1993, a equipa do projeto “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002) optou por analisá-la apenas no biénio 2000/2001; o Independente apenas no biénio 1994/1995, pois em 2000/2001 este jornal já não era publicado.

³ Não foram incluídos os suplementos das publicações por se considerar que é nos cadernos principais que o tema em análise tem maior proeminência.

Figura 1.3. Número total de peças publicadas, por publicação



Após a recolha do corpus, as peças jornalísticas foram analisadas com recurso à técnica de análise de conteúdo, através de uma grelha construída previamente⁴ com adequação aos vários tipos de publicação integrados no estudo. A grelha construída pretende operacionalizar o enquadramento teórico tendo como linha de orientação as hipóteses de trabalho estabelecidas. Cada peça jornalística foi classificada num registo individual em papel de acordo com o conjunto de variáveis definido.

Após a codificação das peças jornalísticas, os registos em papel foram transpostos manualmente para SPSS⁵, um sistema estatístico de armazenamento e análise de dados que permite a construção de uma base de dados análoga à grelha de análise de conteúdo estabelecida. Para cada publicação foi construída uma base de dados que incluiu as peças recolhidas relativas a todos os eventos objeto de análise, com o propósito de aferir o comportamento de cada publicação individualmente. Os registos das bases de dados das publicações foram tratados estatisticamente, por forma a organizar, apresentar, analisar e interpretar os dados recolhidos (Pestana e Gageiro, 2000), de acordo com as hipóteses de trabalho postuladas.

⁴ A grelha de análise de conteúdo foi também construída de forma a ser aplicada aos quatro estudos de caso que integraram o projeto de investigação “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002) mencionado na nota 1.

⁵ *Statistical Package for Social Sciences*.

4. Análise dos dados⁶

4.1. Dimensão e forma da cobertura jornalística de congressos e convenções partidárias

A primeira abordagem que pretendemos fazer aos dados prende-se com uma avaliação dos aspetos mais formais das peças jornalísticas, que se relacionam com a dimensão da cobertura e com o *género jornalístico* escolhido para relatar a «estória» dos congressos e convenções⁷.

A dimensão da cobertura dos eventos partidários, em termos do *número de peças publicadas*, tem uma relação direta com a periodicidade das publicações analisadas, como se observa pela Figura 1.3. do Capítulo 3. Assim sendo, os jornais diários recolhem a maior fatia de peças, especialmente o Público. Já as revistas semanais não atingem, no total dos quatro anos, 50 peças. Se tivermos em consideração que a Visão só foi analisada no biénio 2000/2001, percebe-se que esta publicação dedicou mais espaço à cobertura dos eventos partidários aqui tratados do que a Revista do Expresso. Este aspeto pode ser explicado pelo facto da Revista do Expresso ser publicada em simultâneo com o jornal que lhe dá o nome, espaço onde estes eventos também obtêm cobertura jornalística. O facto do Independente apenas ter sido analisado em 1994 e 1995 explica que o *número de peças* do jornal Expresso seja mais elevado, cerca do dobro⁸.

Verifica-se, através da Figura 1.4., um maior *número de peças publicadas* sobre eventos em que há eleições para a direção do partido: os congressos do PSD em 1995 e 2000 (os únicos dois eventos onde houve disputa de liderança)⁹. Resulta destes dados que a luta, a tensão, o conflito, funcionam como valores-notícia importantes para os jornalistas, pois protagonizam dinamismo e imprevisibilidade a encontros que, muitas vezes, são rotineiros e focados nos rituais internos próprios dos partidos.

Esta procura pelo conflito e tensão está também marcada na cobertura do congresso do PCP em 2000. Mais do que o líder ou o decorrer dos trabalhos no congresso, as peças incidiram sobre o conflito entre os chamados renovadores e ortodoxos, marcando definitivamente a imagem que passou do evento. Já o *número de peças* registado durante o congresso do PS em 2001, reflete, por um lado, o empolamento de um tema fraturante – a discussão sobre o referendo relativo à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que dominou e dividiu o partido em termos internos – e, por outro lado, as críticas internas à liderança de António Guterres.

De notar ainda que a convenção do BE em 2001 não teve espaço noticioso em qualquer das revistas aqui analisadas, assim como no Expresso, e registou pouca expressão nas restantes publicações. O facto de ser este o partido que mais tarde ocupou lugares no Parlamento português e da

⁶ O nome das variáveis e das respetivas categorias aparece no texto em itálico.

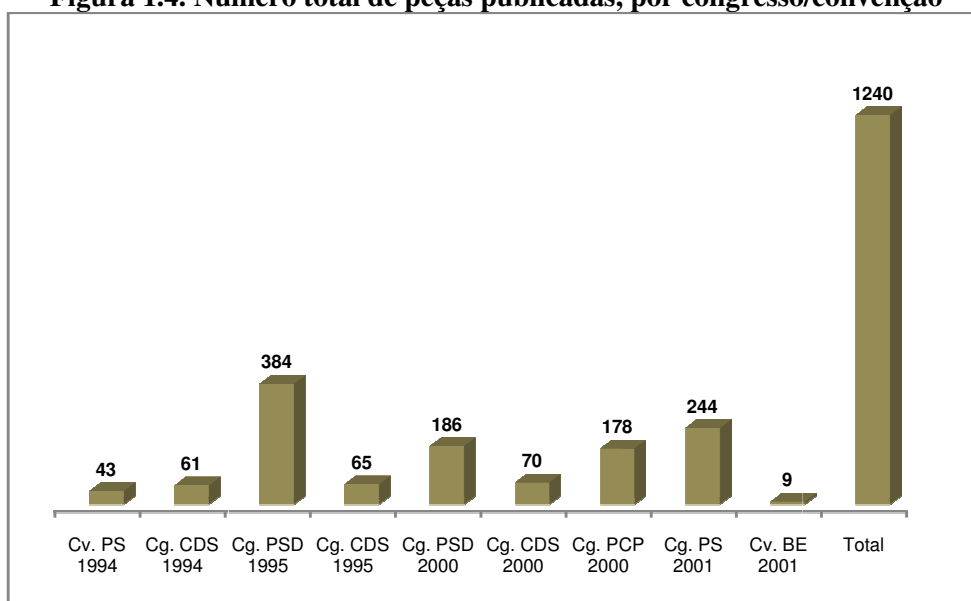
⁷ A definição das variáveis e respetivas categorias analíticas encontra-se no Quadro 1. do Anexo A, assim como as referências bibliográficas que a suportam.

⁸ No biénio 2000/2001 o Independente já não era publicado.

⁹ No congresso do PS em 2001 também se realizaram eleições para a direção do partido. No entanto, o líder reeleito, António Guterres, não teve opositores nas eleições internas.

sua convenção ter decorrido de forma rotineira, pode explicar o reduzido espaço que obteve nas publicações analisadas.

Figura 1.4. Número total de peças publicadas, por congresso/convenção



Da avaliação dos *géneros jornalísticos* apresentada no Quadro 1.4., verificou-se que a *notícia* é o género dominante, enquanto apresentação de factos. A par disto, a presença marginal, em termos totais, de *reportagens*, e muitas vezes a sua ausência, reflete a imediatez da informação. A fórmula adotada para relatar os congressos e convenções é a transmissão rápida e factual dos acontecimentos.

Os *artigos de opinião* são o segundo género preponderante nesta análise, com a exceção da revista Visão que reflete mais frequentemente uma cobertura através de *breves* e *reportagens*. Tendencialmente, os eventos que mais interesse despertaram aos colunistas foram os congressos do CDS-PP em 1994, do PSD em 1995 e 2000 e do PCP em 2000. Verifica-se, com a exceção do congresso do CDS-PP, que a maior concentração de *artigos de opinião* ocorre na cobertura jornalística dos eventos que mais atenção recolheram em termos de dimensão. Este *género jornalístico* afasta-se da fórmula das *notícias*, por emitir juízos valorativos assumidos por quem assina os artigos. Significa que, se por um lado, a imprensa opta por transmitir uma informação factual sobre estes eventos, por outro, confere espaço aos colunistas (colaboradores permanentes ou esporádicos das publicações) para formularem uma opinião sobre os mesmos.

Os dois jornais semanais, assim como a Revista do Expresso destacam-se na opção por esse *género jornalístico*. Note-se que, contrariando a tendência genérica, o Independente dedica mais *artigos de opinião* aos congressos do CDS-PP em 1994 e 1995. Tendo em consideração que a sua periodicidade semanal não lhes permite acompanhar a atualidade da mesma forma que os jornais diários, os *artigos de opinião* são uma fórmula que permite olhar para os eventos de uma outra

maneira, conferindo uma interpretação e uma tomada de posição que as notícias, regra geral, não revelam.

Por esse motivo, também as *entrevistas* surgem mais frequentemente nas publicações semanais, com exceção da Revista do Expresso. São, normalmente, dirigidas a figuras chave dos partidos, refletindo a presença dominante das fontes oficiais. Tendencialmente, e ao contrário do que acontece com os *artigos de opinião*, as *entrevistas* obtêm uma expressão mais significativa nos eventos do CDS-PP, demonstrando uma maior disponibilidade das fontes oficiais deste partido para falarem na primeira pessoa com os jornalistas.

A Revista do Expresso e a Visão distinguem-se das restantes publicações diárias e semanais pelo peso das *reportagens*, dedicadas aos congressos do PSD em 1995 e em 2000, do PCP em 2000 e do PS em 2001. Se estes eventos recolhem uma atenção maior por parte de todas as publicações por reunirem um conjunto de critérios de noticiabilidade, como o conflito, a tensão e a disputa de liderança, estas publicações optam por interpretá-los de forma mais desenvolvida do que as restantes.

Quadro 1.4. Género jornalístico das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Género jornalístico	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Notícia	58,3%	38,9%	34,8%	59,1%	35,1%	55,0%	77,9%	56,0%	75,0%
Breve	25,0%	5,6%	4,3%	4,5%	3,5%	5,0%	–	2,4%	–
Reportagem	–	–	–	–	5,3%	–	–	–	–
Fotolegenda	8,3%	–	–	–	–	5,0%	1,5%	–	–
Editorial	–	–	1,1%	–	7,0%	–	2,9%	4,8%	–
Coluna, comentário, crónica, bilhete	8,3%	22,2%	27,2%	–	31,6%	–	4,4%	16,7%	–
Entrevista	–	5,6%	1,1%	4,5%	1,8%	5,0%	1,5%	1,2%	–
Estudo/dossiê/Destaque/Inquérito/Sondagem	–	–	13,0%	9,1%	8,8%	10,0%	2,9%	2,4%	–
Citações/Excertos	–	5,6%	5,4%	9,1%	–	10,0%	2,9%	3,6%	–
Peça/compósita	–	16,7%	8,7%	9,1%	7,0%	10,0%	4,4%	7,1%	25,0%
Perfil/retrato	–	5,6%	4,3%	4,5%	–	–	1,5%	6,0%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Género jornalístico	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Notícia	92,9%	73,7%	52,3%	77,8%	56,5%	75,9%	66,7%	66,3%	100,0%
Breve	7,1%	10,5%	14,8%	5,6%	4,3%	3,4%	7,7%	9,0%	–
Reportagem	–	–	–	–	–	–	–	1,1%	–
Fotolegenda	–	–	3,9%	5,6%	–	–	1,3%	–	–
Editorial	–	–	1,3%	–	2,9%	3,4%	2,6%	2,2%	–
Coluna, comentário, crónica, bilhete	–	5,3%	13,5%	–	17,4%	3,4%	11,5%	6,7%	–
Entrevista	–	–	3,9%	–	5,8%	13,8%	2,6%	2,2%	–
Estudo/dossiê/Destaque/Inquérito/Sondagem	–	5,3%	2,6%	5,6%	–	–	–	1,1%	–
Citações/Excertos	–	–	7,7%	–	7,2%	–	5,1%	2,2%	–
Peça/compósita	–	5,3%	–	–	4,3%	–	1,3%	–	–
Perfil/retrato	–	–	–	5,6%	1,4%	–	1,3%	9,0%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Género jornalístico	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Notícia	75,0%	37,5%	51,9%	77,8%	45,5%	41,2%	46,7%	43,2%	–
Breve	–	12,5%	9,3%	11,1%	9,1%	11,8%	6,7%	13,6%	–
Fotolegenda	–	–	1,9%	–	–	–	–	2,3%	–
Editorial	–	–	1,9%	–	–	–	–	2,3%	–
Coluna, comentário, crónica, bilhete	25,0%	37,5%	20,4%	–	38,6%	35,3%	40,0%	31,8%	–
Entrevista	–	12,5%	5,6%	11,1%	6,8%	5,9%	–	2,3%	–
Citações/Excertos	–	–	3,7%	–	–	–	–	4,5%	–
Peça/compósita	–	–	–	–	–	5,9%	6,7%	–	–
Perfil/retrato	–	–	5,6%	–	–	–	–	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

CONTINUAÇÃO									
Independente									
Gênero jornalístico	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Notícia	57,1%	21,4%	32,4%	23,1%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Breve	14,3%	35,7%	47,1%	53,8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Reportagem	–	–	2,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fotolegenda	–	–	2,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Coluna, comentário, crônica, bilhete	28,6%	28,6%	7,4%	15,4%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Entrevista	–	7,1%	–	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Citações/Excertos	–	–	2,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Perfil/retrato	–	7,1%	4,4%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Gênero jornalístico	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Notícia	–	–	46,7%	100,0%	12,5%	–	14,3%	16,7%	–
Breve	100,0%	100,0%	–	–	12,5%	50,0%	14,3%	–	–
Reportagem	–	–	6,7%	–	12,5%	–	28,6%	16,7%	–
Fotolegenda	–	–	6,7%	–	12,5%	–	–	–	–
Coluna, comentário, crônica, bilhete	–	–	40,0%	–	50,0%	50,0%	42,9%	66,7%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Visão									
Gênero jornalístico	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Notícia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	50,0%	20,0%	9,5%	–
Breve	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37,5%	–	40,0%	47,6%	–
Reportagem	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	50,0%	30,0%	14,3%	–
Coluna, comentário, crônica, bilhete	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	–	10,0%	9,5%	–
Entrevista	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	–	–	19,0%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

4.2. Substância e atributos discursivos da cobertura jornalística de congressos e convenções partidárias

Para além das questões ditas mais formais, interessa-nos compreender a construção das peças em termos de substância (os *temas*) e de atributos do discurso jornalístico (os *títulos*, o *estilo*, a *narrativa* e o *tom* discursivos) na cobertura dos congressos e convenções, na medida em que estes aspetos enformam uma construção narrativa que nos permite compreender de que forma os media noticiosos definem a realidade sobre a qual se debruçam¹⁰.

Relativamente à substância das peças, foram analisados os *temas dominantes*, de forma a perceber que assuntos predominam no tratamento destes eventos (Quadro 2.4.). Verifica-se, em primeiro lugar, uma grande concentração dos *temas* abordados. A categoria *ações de campanha, comícios, votação, estratégia política, apoios* prevalece na maioria dos casos, seguida de *política partidária*, denotando a proeminência das questões estratégicas internas aos partidos no tratamento jornalístico destes acontecimentos. Os apoios a candidatos, as estratégias definidas, são assuntos que dominam a atenção da imprensa, o que indica que a construção jornalística se faz através de um olhar para as questões internas das organizações partidárias.

Os *assuntos de governação* estão presentes na maior parte das peças sobre os eventos em análise, apesar de terem uma expressão reduzida. São, normalmente, peças sobre apresentação de programas governativos ou sobre críticas à atuação dos Governos em cada um dos finais de mandato. Destacam-se nas peças sobre os congressos do CDS-PP e do PCP em 2000 e, sobretudo, do PS em

¹⁰ A definição das variáveis e respetivas categorias analíticas encontra-se no Quadro 1. do Anexo A, assim como as referências bibliográficas que a suportam.

2001, um evento marcado pelas críticas internas à liderança – do partido e do Governo – de António Guterres.

O *tema sondagens* é pouco significativo e surge mais frequentemente nas peças sobre os congressos do PSD em 1995 e em 2000 – eventos onde houve disputa de liderança do partido – e do PS em 2001, congresso sem outros candidatos a disputar a liderança, mas onde se realizaram eleições e foi reeleito António Guterres, revelando uma forma de abordar os eventos que reflete essencialmente a corrida de cavalos entre os intervenientes.

Finalmente, importa destacar o peso da *temática União Europeia* em 1994 – que inclui a convenção do PS e o congresso do CDS-PP –, fruto da campanha eleitoral em curso na altura para o Parlamento Europeu. Significa que, apesar da opção jornalística pelas questões internas dos partidos, a agenda mediática também acompanha os assuntos da agenda política. Os partidos conseguiram marcar o espaço público no sentido de uma exposição do *tema* aos leitores em altura de eleições. Esta opção não foi seguida pelas revistas nem pelo Diário de Notícias.

Quadro 2.4. Tema principal das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Tema principal	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	5,6%	1,1%	–	5,3%	15,0%	–	4,8%	–
Política partidária	50,0%	33,3%	10,9%	63,6%	12,3%	55,0%	54,4%	7,1%	–
Financiamento das campanhas	–	–	–	–	–	–	–	1,2%	–
Ações campanha, etc.	41,7%	55,6%	78,3%	31,8%	71,9%	25,0%	39,7%	70,2%	100,0%
Escândalos	–	–	–	–	–	–	–	2,4%	–
Sondagem	–	–	2,2%	–	5,3%	–	–	4,8%	–
Media	–	–	3,3%	–	–	–	–	–	–
Traços de personalidade	–	5,6%	4,3%	4,5%	5,3%	5,0%	4,4%	9,5%	–
Outro	8,3%	–	–	–	–	–	1,5%	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Tema principal	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	2,6%	–	5,8%	6,9%	6,9%	7,9%	40,0%
Política partidária	14,3%	5,3%	3,2%	5,6%	2,9%	58,6%	58,6%	11,2%	20,0%
União Europeia	50,0%	10,5%	–	–	–	–	–	–	–
Economia	–	–	–	–	–	–	–	2,2%	–
Desporto	–	–	0,6%	–	–	–	–	–	–
Financiamento das campanhas	–	–	–	–	1,4%	–	–	–	–
Ações campanha, etc.	28,6%	84,2%	89,0%	83,3%	87,0%	34,5%	34,5%	65,2%	40,0%
Sondagem	–	–	1,3%	–	1,4%	–	–	1,1%	–
Media	–	–	0,6%	–	–	–	–	2,2%	–
Traços de personalidade	7,1%	–	1,3%	11,1%	1,4%	–	–	9,0%	–
Outro	–	–	1,3%	–	–	–	–	1,1%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Tema principal	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	3,7%	22,2%	6,8%	–	–	27,3%	–
Política partidária	12,5%	25,0%	9,3%	22,2%	18,2%	64,7%	–	15,9%	–
União Europeia	50,0%	62,5%	–	–	–	–	–	–	–
Ações campanha, etc.	25,0%	12,5%	74,1%	55,6%	63,6%	29,4%	93,3%	52,3%	–
Sondagem	12,5%	–	13,0%	–	9,1%	5,9%	–	–	–
Traços de personalidade	–	–	–	–	–	–	–	2,3%	–
Outro	–	–	–	–	2,3%	–	6,7%	2,3%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

CONTINUAÇÃO									
Independente									
Tema principal	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	5,9%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Política partidária	28,6%	21,4%	1,5%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
União Europeia	42,9%	28,6%	–	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ações campanha, etc.	14,3%	14,3%	79,4%	69,2%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Escândalos	–	–	1,5%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sondagem	–	–	4,4%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Traços de personalidade	–	7,1%	7,4%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Outro	14,3%	28,6%	–	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Tema principal	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	–	–	–	–	–	33,3%	–
Política partidária	–	–	–	–	–	–	28,6%	–	–
Ações campanha, etc.	100,0%	100,0%	80,0%	66,7%	100,0%	50,0%	71,4%	50,0%	–
Media	–	–	6,7%	–	–	–	–	–	–
Traços de personalidade	–	–	13,3%	33,3%	–	50,0%	–	–	–
Outro	–	–	–	–	–	–	–	16,7%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Visão									
Tema principal	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	–	10,0%	9,5%	–
Política partidária	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	100,0%	–	4,8%	–
Ações campanha, etc.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	87,5%	–	80,0%	66,7%	–
Sondagem	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	–	4,8%	–
Media	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	–	4,8%	–
Traços de personalidade	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	10,0%	4,8%	–
Outro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	–	4,8%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

Da análise do *tema secundário* das peças (ver Quadro 3.4.), verifica-se que uma fatia significativa se concentra apenas num único tópico, isto é, uma parte importante dos itens analisados foi classificada apenas quanto ao *tema principal*.

Do conjunto de peças em que se classificou o *tema secundário*, continuam a predominar a *política partidária* e as *ações de campanha*. No entanto, verifica-se em quase todas as publicações, mas menos visível no Expresso e no Independente, uma maior variedade de tópicos abordados em termos de *temas* mais específicos, como a *política internacional*, a *educação*, a *economia*, etc. Resulta desta análise que, apesar do predomínio dos assuntos internos das organizações partidárias, mesmo ao nível do *tema secundário*, a cobertura jornalística segue a agenda partidária.

Os *assuntos de governação* surgem enquanto *tema secundário* mais frequentemente do que como *temática principal*, o que pode indicar que têm uma presença relativamente constante na cobertura jornalística destes eventos, mesmo que não sejam o tópico de destaque das peças. Por outro lado, estão presentes nas peças sobre os eventos dos partidos que exercem funções governativas, mas também nos dos partidos opositores, normalmente numa perspetiva crítica à atuação dos Governos, o que, mais uma vez, reflete a preferência por um enquadramento conflitual.

Quadro 3.4. Tema secundário das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Tema secundário	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	4,3%	9,1%	3,5%	–	1,5%	15,5%	25,0%
Política partidária	–	27,8%	16,3%	18,2%	31,6%	20,0%	13,2%	27,4%	50,0%
Política internacional	–	–	–	–	–	–	1,5%	–	–
União Europeia	50,0%	38,9%	1,1%	–	–	–	–	–	–
Problemas sociais	–	–	–	–	–	–	5,9%	–	–
Ações campanha, etc.	8,3%	–	10,9%	22,7%	12,3%	50,0%	13,2%	9,5%	–
Escândalos	–	–	–	–	–	–	1,5%	–	–
Sondagem	–	–	2,2%	–	–	–	–	2,4%	–
Media	–	–	2,2%	–	1,8%	–	–	1,2%	–
Traços de personalidade	–	11,1%	6,5%	–	–	–	–	–	–
Outro	–	–	1,1%	–	–	–	–	–	–
Subtotal	58,3%	77,8%	44,6%	50,0%	49,1%	70,0%	36,8%	56,0%	75,0%
Itens não classificados quanto ao tema secundário	41,7%	22,2%	55,4%	50,0%	50,9%	30,0%	63,2%	44,0%	25,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Tema secundário	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	7,1%	–	11,6%	–	11,6%	3,4%	1,3%	29,2%	60,0%
Política partidária	28,6%	26,3%	4,5%	16,7%	27,5%	17,2%	10,3%	6,7%	–
União Europeia	28,6%	21,1%	–	–	–	–	–	–	–
Problemas sociais	–	–	–	–	–	–	1,3%	–	–
Economia	–	–	–	–	–	–	–	1,1%	–
Educação	–	–	0,6%	–	–	–	–	–	–
Ações campanha, etc.	21,4%	15,8%	5,8%	11,1%	5,8%	20,7%	6,4%	16,9%	–
Escândalos	–	–	0,6%	–	–	–	–	1,1%	–
Media	–	–	0,6%	–	1,4%	–	–	–	–
Traços de personalidade	–	5,3%	5,8%	–	1,4%	6,9%	2,6%	–	–
Outro	–	–	–	–	4,3%	–	–	1,1%	–
Subtotal	85,7%	68,4%	29,7%	27,8%	52,2%	48,3%	21,8%	56,2%	60,0%
Itens não classificados quanto ao tema secundário	14,3%	31,6%	70,3%	72,2%	47,8%	51,7%	78,2%	43,8%	40,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Tema secundário	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	25,0%	9,3%	–	2,3%	–	–	20,5%	–
Política partidária	25,0%	12,5%	11,1%	11,1%	2,3%	17,6%	–	4,5%	–
União Europeia	12,5%	12,5%	–	–	–	–	–	–	–
Ações campanha, etc.	12,5%	37,5%	11,1%	44,4%	13,6%	17,6%	6,7%	20,5%	–
Media	–	–	5,6%	–	–	–	–	–	–
Traços de personalidade	–	–	–	–	–	–	–	2,3%	–
Outro	–	–	–	–	4,5%	–	–	–	–
Subtotal	50,0%	87,5%	37,0%	55,6%	22,7%	35,3%	6,7%	47,7%	–
Itens não classificados quanto ao tema secundário	50,0%	12,5%	63,0%	44,4%	77,3%	64,7%	93,3%	52,3%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Independente									
Tema secundário	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	1,5%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Política partidária	–	7,1%	2,9%	15,4%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
União Europeia	–	21,4%	–	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ações campanha, etc.	71,4%	21,4%	11,8%	15,4%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Media	–	–	2,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Outro	–	14,3%	4,4%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Subtotal	71,4%	64,3%	23,5%	30,8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Itens não classificados quanto ao tema secundário	28,6%	35,7%	76,5%	69,2%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Tema secundário	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	–	–	–	–	12,5%	–	14,3%	16,7%	–
Política partidária	–	–	–	33,3%	–	100,0%	–	–	–
União Europeia	50,0%	–	–	–	–	–	–	–	–
Problemas sociais	–	–	–	–	–	–	14,3%	–	–
Ações campanha, etc.	–	–	6,7%	33,3%	–	–	–	16,7%	–
Traços de personalidade	–	–	6,7%	–	–	–	–	–	–
Subtotal	50,0%	–	13,3%	66,7%	12,5%	100,0%	28,6%	33,3%	–
Itens não classificados quanto ao tema secundário	50,0%	100,0%	86,7%	33,3%	87,5%	–	71,4%	66,7%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

CONTINUAÇÃO									
Visão									
Tema secundário	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Assuntos de governação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	50,0%	–	14,3%	–
Política partidária	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37,5%	–	10,0%	4,8%	–
Ações campanha, etc.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	50,0%	10,0%	14,3%	–
Outro	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	–	4,8%	–
Subtotal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50,0%	100,0%	20,0%	38,1%	–
Itens não classificados quanto ao tema secundário	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50,0%	–	80,0%	61,9%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

Uma das formas de caracterizar o discurso das peças jornalísticas prende-se com a análise do tipo de *títulos* das peças (ver Quadro 4.4.), pois é sobre estes que recai o primeiro olhar do leitor quando com elas contata. De uma forma geral, os *títulos* são do tipo *expressivo apelativo*, caracterizados por terem uma carga mais emotiva, apelativa e sensacional, no sentido de encenação destes eventos partidários enquanto espetáculos (ver Figura 1. do Anexo C). Seguem-se os *títulos* do tipo *informativo explicativo*, onde a informação apresentada pressupõe um conhecimento prévio do assunto em questão, ou seja, indica uma continuidade do tema; os media apresentam os eventos partidários num formato novelístico em vários episódios.

A presença dos *títulos categoriais*, especialmente nos jornais diários e semanais, está essencialmente ligada às peças *breves*. Refletem uma informação resumida, normalmente em uma ou duas palavras, que remete imediatamente para o assunto tratado na peça.

Com menos expressão em termos gerais encontram-se os *títulos expressivos formais ou lúdicos*. São títulos mais próximos de *slogans* publicitários, recorrendo frequentemente a trocadilhos. Esta fórmula encontra-se de forma mais proeminente nas peças sobre o congresso do CDS-PP em 1995 dos jornais diários e da Revista do Expresso. Contudo, é o Independente que regista uma maior incidência deste tipo de *títulos*, mais acentuada quando se trata da convenção do PS em 1994 e do congresso do PSD em 1995.

Significa que, ao nível dos *títulos* e excetuando ligeiras diferenças, não se observa uma cobertura distinta dos vários eventos analisados, mas denota-se uma característica transversal das publicações na sua elaboração sobre congressos e convenções.

Quadro 4.4. Títulos das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Títulos	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Informativos indicativos	16,7%	5,6%	12,0%	–	7,0%	15,0%	13,2%	26,2%	–
Informativos explicativos	25,0%	22,2%	15,2%	13,6%	24,6%	35,0%	23,5%	13,1%	75,0%
Expressivos apelativos	8,3%	38,9%	40,2%	27,3%	31,6%	15,0%	26,5%	35,7%	25,0%
Expressivos formais ou lúdicos	8,3%	5,6%	6,5%	22,7%	12,3%	5,0%	8,8%	3,6%	–
Expressivos interrogativos	–	–	–	–	7,0%	–	–	3,6%	–
Categoriais	25,0%	11,1%	21,7%	27,3%	7,0%	25,0%	8,8%	14,3%	–
Declarativo	16,7%	16,7%	4,3%	9,1%	10,5%	5,0%	19,1%	3,6%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

CONTINUAÇÃO									
Público									
Títulos	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Informativos indicativos	14,3%	10,5%	10,3%	16,7%	7,2%	10,3%	14,1%	21,3%	80,0%
Informativos explicativos	50,0%	36,8%	27,1%	16,7%	30,4%	24,1%	26,9%	15,7%	–
Expressivos apelativos	35,7%	31,6%	34,8%	38,9%	30,4%	31,0%	16,7%	38,2%	20,0%
Expressivos formais ou lúdicos	–	5,3%	3,9%	16,7%	5,8%	–	7,7%	2,2%	–
Expressivos interrogativos	–	–	–	–	1,4%	–	7,7%	3,4%	–
Categoriais	–	5,3%	12,3%	5,6%	1,4%	10,3%	12,8%	9,0%	–
Declarativo	–	10,5%	11,0%	5,6%	15,9%	24,1%	9,0%	10,1%	–
Total	100,0%	100,0%	99,4%	100,0%	92,8%	100,0%	94,9%	100,0%	100,0%
Itens não classificados	–	–	0,6%	–	7,2%	–	5,1%	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Títulos	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Informativos indicativos	25,0%	12,5%	5,6%	11,1%	2,3%	5,9%	–	4,5%	–
Informativos explicativos	37,5%	12,5%	24,1%	44,4%	29,5%	17,6%	26,7%	31,8%	–
Expressivos apelativos	25,0%	37,5%	37,0%	11,1%	25,0%	23,5%	40,0%	31,8%	–
Expressivos formais ou lúdicos	12,5%	–	1,9%	–	18,2%	11,8%	13,3%	4,5%	–
Expressivos interrogativos	–	–	1,9%	–	–	5,9%	–	–	–
Categoriais	–	25,0%	20,4%	22,2%	15,9%	23,5%	13,3%	25,0%	–
Declarativo	–	12,5%	9,3%	11,1%	9,1%	11,8%	6,7%	2,3%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Independente									
Títulos	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Informativos indicativos	–	7,1%	–	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Informativos explicativos	14,3%	21,4%	5,9%	23,1%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Expressivos apelativos	42,9%	14,3%	55,9%	46,2%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Expressivos formais ou lúdicos	28,6%	14,3%	22,1%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Expressivos interrogativos	–	–	2,9%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Categoriais	14,3%	35,7%	8,8%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Declarativo	–	7,1%	4,4%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Títulos	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Informativos indicativos	50,0%	50,0%	–	–	–	50,0%	–	–	–
Informativos explicativos	50,0%	50,0%	26,7%	–	37,5%	–	57,1%	–	–
Expressivos apelativos	–	–	53,3%	66,7%	50,0%	50,0%	42,9%	100,0%	–
Expressivos formais ou lúdicos	–	–	13,3%	33,3%	12,5%	–	–	–	–
Categoriais	–	–	6,7%	–	–	–	–	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Visão									
Títulos	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Informativos indicativos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	10,0%	–	–
Informativos explicativos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	100,0%	10,0%	33,3%	–
Expressivos apelativos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37,5%	–	60,0%	23,8%	–
Expressivos formais ou lúdicos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	–	10,0%	14,3%	–
Expressivos interrogativos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	10,0%	14,3%	–
Categoriais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	–	–	–	–
Declarativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	–	–	–	14,3%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

De acordo com os dados do Quadro 5.4., o *estilo* discursivo das peças sobre os eventos partidários tende genericamente a ser *analítico-interpretativo/explicativo*. Esta fórmula caracteriza-se por uma maior presença da voz do jornalista. Este desempenha aqui um papel mais ativo, uma posição mais crítica e adjetivada (ver Figura 2. do Anexo C). Mesmo em peças onde existe um elevado número de citações, a maioria das vezes, o jornalista tende a classificar, analisar, criticar, interpretar, fazendo com que deixe de ser um mero relator de factos e assuma uma posição crítica face aos acontecimentos.

Os congressos do PSD e do PCP em 2000 e do PS em 2001 destacam-se, com algumas diferenças entre as seis publicações, por terem um peso mais acentuado de peças com *estilo analítico*. Em eventos partidários onde se discute a liderança ou divergências internas, como são estes exemplo,

o jornalista tende a interpretar e analisar mais. O Independente também o faz nas peças sobre o congresso do PSD em 1995.

Nas revistas semanais o peso do *estilo analítico* é bastante mais preponderante e transversal aos eventos do que nas restantes publicações, resultado, como já se referiu, de uma abordagem menos dependente da atualidade dos acontecimentos e, assim, mais interpretativa.

O Público distingue-se das restantes publicações analisadas por ter, maioritariamente, um *estilo descritivo/narrativo*, exceto as peças que respeitam à convenção do PS em 1994. Trata-se de peças mais factuais com um enfoque na descrição do acontecimento ao invés da sua análise, explicação ou contextualização. Apesar disso, as peças com *estilo analítico-interpretativo/explicativo* assumem também uma forte presença neste jornal.

Quadro 5.4. Estilo das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Estilo	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Descritivo/narrativo	41,7%	44,4%	42,4%	50,0%	40,4%	75,0%	39,7%	40,5%	100,0%
Analítico-interpretativo/explicativo	58,3%	55,6%	57,6%	50,0%	59,6%	25,0%	60,3%	59,5%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Estilo	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Descritivo/narrativo	42,9%	73,7%	65,2%	50,0%	58,0%	72,4%	69,2%	53,9%	100,0%
Analítico-interpretativo/explicativo	57,1%	26,3%	34,8%	50,0%	42,0%	27,6%	30,8%	46,1%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Estilo	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Descritivo/narrativo	50,0%	50,0%	37,0%	55,6%	31,8%	35,3%	53,3%	31,8%	–
Analítico-interpretativo/explicativo	50,0%	50,0%	63,0%	44,4%	68,2%	64,7%	46,7%	68,2%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Independente									
Estilo	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Descritivo/narrativo	57,1%	35,7%	17,6%	30,8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Analítico-interpretativo/explicativo	42,9%	64,3%	82,4%	69,2%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Estilo	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Descritivo/narrativo	–	50,0%	6,7%	–	12,5%	–	14,3%	16,7%	–
Analítico-interpretativo/explicativo	100,0%	50,0%	93,3%	100,0%	87,5%	100,0%	85,7%	83,3%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Visão									
Estilo	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Descritivo/narrativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	–	10,0%	38,1%	–
Analítico-interpretativo/explicativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	75,0%	100,0%	90,0%	61,9%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

Analisando a *narrativa* das peças apresentada no Quadro 6.4., verifica-se que grande parte é do tipo *dramático*, onde se impõem a tensão, o conflito, os jogos de estratégia, as lutas de bastidores (ver Figura 3. do Anexo C). Esta tendência vai muito além daqueles eventos onde existe disputa de liderança.

Por outro lado, regista-se também um número substancial de itens com uma *narrativa* de tipo *assertivo*, peças mais afirmativas e, normalmente, sem recurso a opiniões divergentes. É no Público, no Expresso e na sua revista que se observa um peso maior deste tipo de construção discursiva,

especialmente nas peças sobre a convenção do PS em 1994, e sobre os congressos do CDS-PP em 1994 e 1995, eventos mais rotineiros e, por isso, com um discurso jornalístico menos empolado.

O Independente é o jornal que recorre com maior frequência a uma *narrativa irónica*, peças onde o significado literal da palavra é, normalmente, o contrário daquele em que é utilizada. Este tipo de *narrativa* regista, no entanto, uma expressão significativa também noutras publicações, como é o caso das revistas e do Diário de Notícias. A cobertura dos congressos do CDS-PP em 1994 e 1995 de uma perspetiva *irónica* é mais comum entre estas publicações, mas encontra-se também nos congressos do PSD em 1995 e 2000, no Independente e na Revista do Expresso.

Quadro 6.4. Narrativa das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Narrativa	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Alegórica	-	-	1,1%	-	8,8%	-	1,5%	2,4%	-
Dramática	33,3%	5,6%	63,0%	54,5%	54,4%	85,0%	70,6%	54,8%	50,0%
Épica	8,3%	11,1%	4,3%	4,5%	5,3%	-	2,9%	-	-
Irónica	25,0%	27,8%	7,6%	4,5%	1,8%	5,0%	2,9%	4,8%	-
Assertiva	33,3%	55,6%	23,9%	31,8%	29,8%	10,0%	22,1%	38,1%	50,0%
Outra	-	-	-	4,5%	-	-	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Narrativa	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Alegórica	-	-	1,3%	-	-	-	-	-	-
Dramática	-	-	21,3%	-	62,3%	41,4%	60,3%	53,9%	40,0%
Épica	-	21,1%	-	11,1%	-	-	1,3%	-	-
Irónica	7,1%	-	8,4%	5,6%	2,9%	6,9%	5,1%	7,9%	-
Assertiva	92,9%	78,9%	69,0%	83,3%	34,8%	51,7%	33,3%	38,2%	60,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Narrativa	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Alegórica	-	-	-	-	2,3%	-	-	2,3%	-
Dramática	-	-	27,8%	22,2%	36,4%	52,9%	80,0%	25,0%	-
Irónica	-	-	-	-	6,8%	11,8%	-	4,5%	-
Assertiva	100,0%	100,0%	72,2%	77,8%	54,5%	35,3%	20,0%	68,2%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Independente									
Narrativa	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Dramática	28,6%	-	16,2%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Irónica	14,3%	50,0%	60,3%	53,8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Assertiva	57,1%	50,0%	23,5%	38,5%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Narrativa	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Alegórica	-	-	13,3%	-	12,5%	50,0%	-	-	-
Dramática	-	-	33,3%	-	25,0%	-	57,1%	-	-
Irónica	-	-	33,3%	33,3%	50,0%	-	28,6%	50,0%	-
Assertiva	100,0%	100,0%	20,0%	66,7%	12,5%	50,0%	14,3%	50,0%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Visão									
Narrativa	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Dramática	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50,0%	100,0%	50,0%	14,3%	-
Irónica	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	-	40,0%	33,3%	-
Assertiva	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	-	10,0%	52,4%	-
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-

O *tom* das peças, apresentado no Quadro 7.4., tem como referente o líder de cada partido em funções nos períodos analisados e pretende aferir se aquela notícia lhe é benéfica ou prejudicial. Em termos gerais, o *tom* oscila entre o *negativo* e o *positivo* (ver Figuras 4. e 5. do Anexo C). No entanto,

apenas nos jornais diários observamos uma cobertura maioritariamente positiva, o que significa que nestas publicações, apesar de os políticos não controlarem totalmente o processo de construção das peças sobre os seus eventos, a visibilidade que lhes é conferida nos finais de mandato em causa resulta como positiva.

Apesar do *tom equilibrado* ser genericamente menos frequente nas peças analisadas do que o *positivo* ou *negativo*, tem uma expressão importante em todas as publicações, com exceção do Diário de Notícias. Estas peças têm referências aos líderes que são tanto negativas como positivas, o que, normalmente, se traduz no recurso ao contraditório.

As peças com *tom negativo* face aos líderes partidários são mais frequentes no Expresso e na sua revista, o que se relaciona com o peso acentuado de *artigos de opinião* nestas publicações. Resulta, portanto, que a perspetiva dos colonistas é maioritariamente negativa no que aos congressos e convenções diz respeito. Porém, destacam-se também noutras publicações, tendo como elementos comuns os congressos do PSD em 2000 e do PS em 2001 que, como já referido, são marcados pela disputa de liderança, num caso, e pelas críticas internas à liderança, no outro.

O Independente não acompanha esta tendência, dedicando mais peças negativas à convenção do PS em 1994 e aos congressos do CDS-PP em 1994 e 1995, o que no caso dos eventos do CDS-PP pode ser reflexo de uma opção editorial deste semanário cujo diretor¹¹ viria anos mais tarde a disputar o lugar de presidente do partido ao então líder Manuel Monteiro.

Quadro 7.4. Tom das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Tom	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Negativo/desfavorável	25,0%	44,4%	19,6%	27,2%	35,1%	10,0%	11,8%	40,5%	–
Equilibrado	16,7%	5,6%	12,0%	13,6%	28,1%	35,0%	10,3%	27,4%	50,0%
Positivo/favorável	58,4%	44,4%	40,2%	50,0%	28,0%	50,0%	16,2%	17,9%	25,0%
Neutral	–	5,6%	27,2%	9,1%	8,8%	5,0%	61,8%	14,3%	25,0%
Não aplicável	–	–	1,1%	–	–	–	–	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Tom	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Negativo/desfavorável	–	10,5%	23,3%	5,6%	49,3%	34,4%	16,7%	40,4%	–
Equilibrado	28,6%	10,5%	20,0%	44,4%	30,3%	34,5%	14,1%	16,9%	20,0%
Positivo/favorável	50,0%	73,7%	37,4%	50,0%	17,3%	27,5%	9,0%	14,6%	20,0%
Neutral	21,4%	5,3%	19,4%	–	13,0%	3,4%	60,3%	28,1%	60,0%
Não aplicável	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Tom	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Negativo/desfavorável	25,0%	62,5%	24,1%	22,2%	50,0%	41,2%	33,4%	56,9%	–
Equilibrado	37,5%	12,5%	29,6%	33,3%	13,6%	35,3%	20,0%	13,6%	–
Positivo/favorável	25,0%	25,0%	14,9%	33,3%	25,0%	23,5%	13,3%	6,8%	–
Neutral	12,5%	–	31,5%	11,1%	11,4%	–	33,3%	22,7%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

¹¹ Paulo Portas foi um dos fundadores e diretores do semanário Independente até 1995.

CONTINUAÇÃO									
Independente									
Tom	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Negativo/desfavorável	71,4%	28,5%	26,4%	46,2%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Equilibrado	–	21,4%	26,5%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Positivo/favorável	14,3%	28,6%	10,3%	23,1%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Neutral	14,3%	21,4%	36,8%	30,8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Tom	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Negativo/desfavorável	50,0%	–	40,0%	33,3%	50,0%	50,0%	57,2%	83,3%	–
Equilibrado	–	50,0%	26,7%	–	12,5%	50,0%	–	–	–
Positivo/favorável	–	50,0%	33,3%	66,6%	12,5%	–	–	–	–
Neutral	50,0%	–	–	–	25,0%	–	42,9%	16,7%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Visão									
Tom	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Negativo/desfavorável	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50,0%	50,0%	10,0%	19,0%	–
Equilibrado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	50,0%	30,0%	14,3%	–
Positivo/favorável	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	–	10,0%	19,1%	–
Neutral	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	–	50,0%	47,6%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

4.3. Os intervenientes da cobertura jornalística de congressos e convenções partidárias

Interessa-nos, finalmente, perceber quem são os intervenientes e as vozes das peças sobre os congressos e convenções partidárias e de que forma estão presentes (através da identificação dos *atores ou instituições* referidas, e da caracterização das *citações* e do *enquadramento/orientação* das peças), para testarmos a hipótese formulada de uma tendência para a construção jornalística personalizada destes eventos¹².

A Figura 2.4. apresenta um resumo das referências a *atores ou instituições* nas peças. Trata-se de uma variável de resposta múltipla que contempla todas as referências feitas numa mesma peça. Em termos de resultados, verifica-se que nos registos analisados das seis publicações existem mais do que uma referência a *atores ou instituições*. Observa-se também que as peças com maior número de referências a *atores ou instituições* são aquelas que se referem aos eventos com maior cobertura jornalística: congressos do PSD em 1995 e em 2000, do PCP em 2000, e do PS em 2001.

A presença de *personalidades políticas e dos líderes partidários* nas diferentes fases das vidas dos partidos apresenta-se como a categoria mais significativa em todas as publicações, atingindo quase metade das referências. Em muitos casos, para além dos próprios líderes, inclui os opositores internos dos partidos ou os candidatos à liderança. Ao mesmo tempo que há uma utilização frequente do líder enquanto protagonista e fonte das peças, as vozes dos seus adversários funcionam como forma de ampliar a ideia de conflito, de corrida de cavalos.

As referências aos *partidos políticos* representam a segunda categoria mais presente. Na maior parte dos casos, estas referências funcionam como forma de identificar o evento em questão. No entanto, noutros, denotam uma descrição do evento menos personalizada. É exemplo paradigmático o caso da Visão, que observa, mais do que qualquer outra publicação, um recurso acentuado a peças

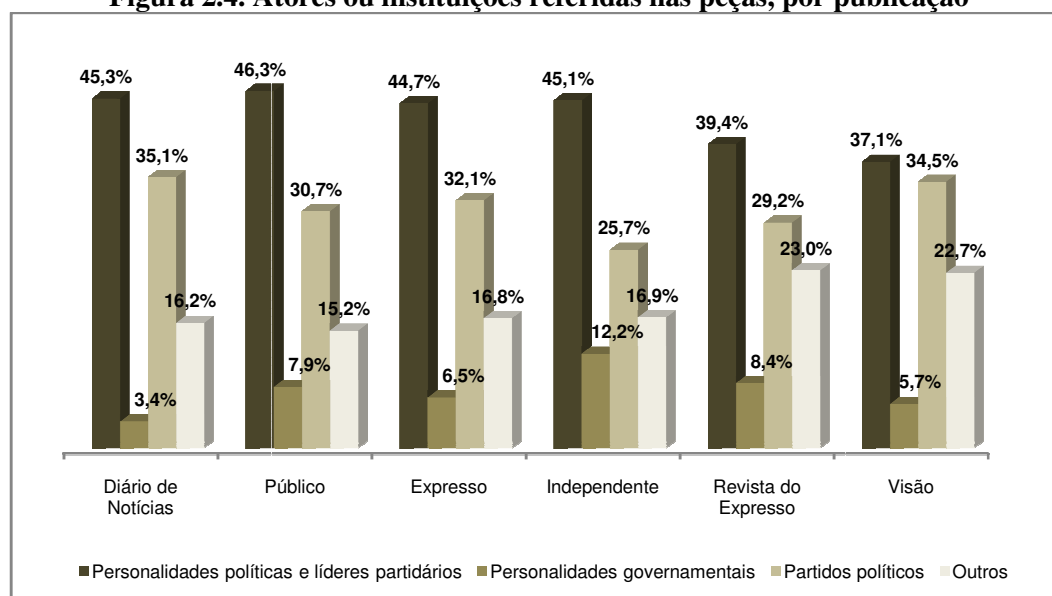
¹² A definição das variáveis e respetivas categorias analíticas encontra-se no Quadro 1. do Anexo A, assim como as referências bibliográficas que a suportam.

breves em termos de *género jornalístico*, ou seja, trata-se de peças concisas que refletem mais o acontecimento do que os intervenientes envolvidos.

Destacam-se também as referências a *personalidades governamentais*. Nos jornais diários, encontram-se, sobretudo, nas peças sobre os congressos do PSD em 1995 e do PS em 2001, momentos em que cada partido liderava o Governo (ver Quadros 1. a 6. do Anexo B). Neste caso, muitas das figuras dos partidos desempenhavam também funções governativas, estando, por isso, presentes nos eventos.

De notar ainda que o Diário de Notícias reflete mais *personalidades governamentais* aquando do congresso do PS em 2001, enquanto o Público o faz mais vezes nas peças sobre o congresso do PSD em 1995. O Expresso, a sua revista e o Independente refletem a tendência observada no Público, enquanto a Visão, tal como o Diário de Notícias, apresenta mais referências a estas personalidades na cobertura do evento do PS em 2001.

Figura 2.4. Atores ou instituições referidas nas peças, por publicação



Especificamente, em termos dos líderes partidários, observa-se uma tendência comum no Diário de Notícias, Público, Expresso e Revista do Expresso para referirem mais vezes *Durão Barroso*, *Cavaco Silva* e *António Guterres* (ver Quadros 1. a 6. do Anexo B). Os Primeiros-ministros em funções nos dois biénios analisados (*Cavaco Silva* e *António Guterres*) são figuras largamente presentes nestas peças jornalísticas, especialmente nos períodos referentes ao exercício dos seus mandatos no Governo e nos eventos dos respetivos partidos. Há, pois, um forte ascendente do poder governativo, e da sua ação, na ordem de trabalhos dos congressos e convenções.

Tal como nas publicações já mencionadas, os líderes partidários mais referidos no Independente são *Durão Barroso* e *Cavaco Silva*, mas as referências a *Manuel Monteiro* (líder do CDS-PP no biénio em análise) superam aquelas a *António Guterres*, o que pode denotar uma

preferência na construção jornalística deste jornal pelas personalidades do espectro partidário mais à direita. Contrariamente, o *CDS-PP* é pouco referido nas peças da Visão, ao mesmo tempo que os líderes mais presentes são *António Guterres*, *Durão Barroso* e *Carlos Carvalhas*, líder do PCP, o segundo partido mais referido nesta publicação.

Importa ainda mencionar o peso da categoria *pessoa comum* nos jornais diários, com destaque na cobertura do congresso do PCP em 2000, um congresso marcado pela luta interna entre renovadores e ortodoxos, e onde os militantes ou simpatizantes do partido eram convocados a opinar sobre as duas fações em disputa na organização partidária. No Público as referências a *pessoas comuns* são ligeiramente menos acentuadas do que no Diário de Notícias e encontram-se também nas peças sobre o congresso do PSD em 1995, evento que contou com uma eleição para a liderança do partido.

Tendo em conta a análise à presença das vozes nas peças jornalísticas sobre os eventos partidários, verifica-se, através do Quadro 8.4., que a maior parte não tem *citações* dos líderes partidários, ou seja, apesar da visibilidade que lhes é conferida e da tendência para a personalização, os agentes sociais envolvidos não têm voz direta nos media na maioria dos casos.

Por outro lado, quando existem *citações*, estas tendem a ser através da *transformação das palavras* dos líderes (ver Figura 6. do Anexo C), ou então, no outro extremo, são *citações* longas, de *mais de duas frases* em cada peça.

Contrárias à tendência genérica encontram-se as peças sobre os eventos do CDS-PP (em 1994, 1995 e 2000, consoante as publicações), onde os itens *sem citações* atingem os valores mais baixos. Paralelamente ao facto das *entrevistas* serem um género mais presente na cobertura noticiosa dos congressos deste partido, torna-se perceptível que a sua liderança escolhe prestar declarações na primeira pessoa, o que, estrategicamente, pode demonstrar uma tentativa de controlar mais eficazmente a cobertura que os media noticiosos fazem dos seus eventos.

As peças da Revista do Expresso acentuam a tendência genérica de ausência de citações. Estes dados podem ser explicados pelo facto das peças desta revista serem, em grande parte, *artigos de opinião*, ou seja, um género de cobertura que não se pretende factual, reflete um juízo de valor de um colunista, logo, não se baseia em informações prestadas pelos intervenientes na situação.

Quadro 8.4. Citações nas peças, por congresso/convenção, por publicação

Citações	Diário de Notícias								
	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Citação de uma frase	–	11,1%	1,1%	4,5%	5,3%	10,0%	4,4%	–	–
Citação de duas frases	8,3%	5,6%	1,1%	4,5%	–	–	–	1,2%	–
Citação de mais de duas frases	8,3%	27,8%	4,3%	18,2%	15,8%	35,0%	5,9%	7,1%	–
Transformação com citação palavras do líder	8,3%	11,1%	4,3%	4,5%	5,3%	–	2,9%	4,8%	50,0%
Sem citação	75,0%	44,4%	89,1%	68,2%	73,7%	55,0%	86,8%	86,9%	50,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

CONTINUAÇÃO									
Público									
Citações	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Citação de uma frase	–	–	4,5%	16,7%	1,4%	3,4%	–	4,5%	–
Citação de duas frases	–	–	0,6%	11,1%	4,3%	3,4%	1,3%	–	–
Citação de mais de duas frases	14,3%	5,3%	5,2%	5,6%	14,5%	6,9%	3,8%	1,1%	20,0%
Transformação com citação palavras do líder	7,1%	10,5%	5,2%	11,1%	4,3%	13,8%	1,3%	7,9%	20,0%
Sem citação	78,6%	84,2%	84,5%	55,6%	75,4%	72,4%	93,6%	86,5%	60,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Citações	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Citação de uma frase	12,5%	12,5%	1,9%	–	–	–	6,7%	2,3%	–
Citação de duas frases	–	12,5%	1,9%	–	–	–	–	–	–
Citação de mais de duas frases	–	–	1,9%	11,1%	6,8%	–	6,7%	–	–
Transformação com citação palavras do líder	–	–	5,6%	33,3%	13,6%	17,6%	–	11,4%	–
Sem citação	87,5%	75,0%	88,9%	55,6%	79,5%	82,4%	86,7%	86,4%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Independente									
Citações	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Citação de uma frase	–	7,1%	2,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Transformação com citação palavras do líder	–	14,3%	5,9%	15,4%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sem citação	100,0%	78,6%	91,2%	84,6%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Revista do Expresso									
Citações	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Citação de uma frase	–	–	6,7%	–	25,0%	–	–	–	–
Transformação com citação palavras do líder	–	–	13,3%	33,3%	–	–	14,3%	–	–
Sem citação	100,0%	100,0%	80,0%	66,7%	75,0%	100,0%	85,7%	100,0%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Visão									
Citações	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Citação de duas frases	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	100,0%	10,0%	4,8%	–
Citação de mais de duas frases	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37,5%	–	–	9,5%	–
Transformação com citação palavras do líder	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	–	–	–	–
Sem citação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37,5%	–	90,0%	85,7%	–
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–

Ao nível do *enquadramento/orientação* das peças sobre os eventos partidários, verifica-se, através do Quadro 9.4., que o jogo e a estratégia, aliados à personalização e à apresentação de assuntos (*substância-liderança/personalização-jogo/estratégia*) é o enfoque mais presente nas publicações analisadas. São peças que discutem um tema específico e as qualidades de liderança de um ator, mas com enfoque nas estratégias e táticas internas dos partidos e dos seus protagonistas. Apesar de centradas nas questões estratégicas, as peças com este tipo de enfoque também tratam um assunto específico, assim como os atores relacionados.

Salvo o caso da cobertura do Independente, são os eventos organizados pelo CDS-PP (seja em 1994, 1995 ou 2000) que acolhem uma expressão mais significativa deste tipo de *enquadramento*, o que pode significar, à semelhança de outras tendências já mencionadas, que este partido consegue mais eficazmente marcar a agenda mediática. A exceção do Independente pode estar relacionada com o facto de nesse biénio a liderança do CDS-PP estar nas mãos de Manuel Monteiro, que viria a ser mais tarde substituído por Paulo Portas, precisamente um dos diretores da publicação.

Com valores também significativos, encontram-se as peças enquadradas numa perspetiva de *substância-jogo/estratégia*. São peças que abordam temas específicos da agenda dos partidos, mas

centradas na estratégia, sem abordarem os atributos dos atores intervenientes. Este *enquadramento* é mais acentuado na cobertura noticiosa do congresso do PCP em 2000, à exceção da Revista do Expresso. Como referido, este momento da vida do partido foi marcado pela disputa entre as fações dos chamados renovadores e ortodoxos. A ausência da perspetiva de *personalização/liderança* demonstra que, ao contrário do CDS-PP, o PCP revela um certo fechamento, ou seja, menos disponibilidade para o contato direto com os órgãos de comunicação social.

No Independente e na revista Visão observa-se um peso acentuado do *enquadramento* em termos de *questão/substância*, peças que apresentam os assuntos sem referência às personalidades dos partidos nem enfoque nas suas táticas. Este tipo de *enquadramento* é explicado pelo peso significativo das peças *breves* nestas duas publicações.

Quadro 9.4. Enquadramento/Orientação das peças, por congresso/convenção, por publicação

Diário de Notícias									
Enquadramento/Orientação	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Questão/Substância	8,3%	–	8,7%	9,1%	8,8%	–	5,9%	9,5%	–
Personalização/liderança	–	–	7,6%	–	8,8%	–	–	–	–
Jogos/estratégia	16,7%	–	15,2%	9,1%	1,8%	–	1,5%	–	–
Substância-liderança/personalização	8,3%	5,6%	3,3%	–	14,0%	5,0%	–	–	–
Substância-jogo/estratégia	41,7%	11,1%	20,7%	22,7%	5,3%	30,0%	63,2%	22,6%	50,0%
Liderança/personalização-Jogo/estratégia	–	5,6%	8,7%	13,6%	12,3%	–	–	1,2%	–
Substância-Liderança/personalização-Jogo/estratégia	25,0%	77,8%	35,9%	45,5%	49,1%	65,0%	29,4%	66,7%	50,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Público									
Enquadramento/Orientação	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Questão/Substância	7,1%	10,5%	12,3%	5,6%	–	6,9%	15,4%	3,4%	–
Personalização/liderança	–	–	0,6%	–	1,4%	–	–	–	–
Jogos/estratégia	–	–	–	–	1,4%	–	–	–	–
Substância-liderança/personalização	7,1%	5,3%	2,6%	5,6%	1,4%	–	–	1,1%	–
Substância-jogo/estratégia	28,6%	26,3%	31,0%	22,2%	30,4%	27,6%	62,8%	47,2%	60,0%
Liderança/personalização-Jogo/estratégia	–	–	2,6%	–	1,4%	–	–	1,1%	–
Substância-Liderança/personalização-Jogo/estratégia	57,1%	57,9%	51,0%	66,7%	63,8%	65,5%	21,8%	47,2%	40,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Expresso									
Enquadramento/Orientação	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Questão/Substância	–	–	7,4%	–	4,5%	–	6,7%	–	–
Substância-liderança/personalização	12,5%	–	–	–	6,8%	–	–	–	–
Substância-jogo/estratégia	37,5%	25,0%	50,0%	22,2%	25,0%	23,5%	73,3%	40,9%	–
Liderança/personalização-Jogo/estratégia	–	–	–	–	–	–	–	2,3%	–
Substância-Liderança/personalização-Jogo/estratégia	50,0%	75,0%	42,6%	77,8%	63,6%	76,5%	20,0%	56,8%	–
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–
Independente									
Enquadramento/Orientação	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Questão/Substância	14,3%	28,6%	38,2%	38,5%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Jogos/estratégia	–	–	5,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Substância-liderança/personalização	–	–	–	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Substância-jogo/estratégia	14,3%	14,3%	27,9%	–	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Liderança/personalização-Jogo/estratégia	–	–	2,9%	7,7%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Substância-Liderança/personalização-Jogo/estratégia	71,4%	57,1%	25,0%	46,2%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

CONTINUAÇÃO									
Revista do Expresso									
Enquadramento/Orientação	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Questão/Substância	-	-	-	-	12,5%	-	14,3%	-	-
Jogos/estratégia	-	-	6,7%	-	-	-	-	-	-
Substância-liderança/personalização	-	-	-	-	12,5%	-	-	-	-
Substância-jogo/estratégia	50,0%	50,0%	20,0%	-	25,0%	-	42,9%	50,0%	-
Substância-Liderança/personalização- Jogo/estratégia	50,0%	50,0%	73,3%	100,0%	50,0%	100,0%	42,9%	50,0%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Visão									
Enquadramento/Orientação	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001
Questão/Substância	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-	-	20,0%	52,4%	-
Substância-liderança/personalização	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12,5%	-	10,0%	-	-
Substância-jogo/estratégia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	25,0%	-	50,0%	9,5%	-
Substância-Liderança/personalização- Jogo/estratégia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	62,5%	100,0%	20,0%	38,1%	-
Total	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-

5. Conclusões

Este capítulo apresenta as conclusões da análise empírica realizada e pretende contribuir para caracterizar os atributos jornalísticos da cobertura dos congressos e convenções partidárias em momentos pré-eleitorais, de forma a compreendermos a «estória» contada pelos media. Deve ter-se em conta que estas conclusões se referem apenas aos dados apresentados no capítulo anterior, não se pretendendo que sejam extrapolados para o universo da cobertura jornalística dos eventos partidários.

A nossa primeira hipótese de trabalho determina que os eventos partidários onde existe disputa de liderança obtêm maior cobertura jornalística na imprensa, tal como outros estudos comprovaram relativamente ao meio televisivo (Santos et al, 2002) e impresso (Calado, 2007). A análise mostrou que os eventos que acolheram maior cobertura jornalística em termos de *número de peças* foram os congressos do PSD em 1995 e 2000, do PCP em 2000 e do PS em 2001. Nos dois congressos do PSD, o partido disputava a liderança: em 1995, entre Durão Barroso e Fernando Nogueira, e, em 2000, entre Durão Barroso, Santana Lopes e Marques Mendes. No congresso do PCP em 2000, não houve eleições para a direção do partido, no entanto as peças refletem a divisão entre os chamados renovadores e ortodoxos, traduzindo uma imagem de divisão interna, onde uma parte do partido clamava pela renovação das suas estruturas face a outra que insistia na sua manutenção. Já no congresso do PS em 2001, o líder António Guterres foi reeleito, mas sem opositores a concorrerem. Não obstante, as peças publicadas sobre este evento focam-se nas críticas internas à sua liderança, assim como na discussão do projeto de lei sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, um tema que dividia o partido entre aqueles que queriam discutir a questão e aqueles que julgavam não ser a altura ideal para o fazer.

Por outro lado, a atenção conferida aos eventos partidários que acolheram maior cobertura jornalística, revela diferenças entre as publicações ao nível da forma. As publicações semanais – jornais e revistas -, não acompanham a atualidade política da mesma forma que as publicações diárias, precisamente devido à sua periodicidade. Esse facto leva a que a cobertura seja realizada de forma distinta, com uma expressão acentuada de *géneros jornalísticos* que permitem um maior aprofundamento, análise e valoração dos temas, como os *artigos de opinião*, as *reportagens* e as *entrevistas*.

Isto permite-nos concluir que as características dos eventos que são cobertos determinam um tipo de cobertura jornalística distinta, mas também que as próprias idiossincrasias dos meios, nomeadamente a sua periodicidade, enformam coberturas que se diferenciam. Os jornais diários optam mais frequentemente por uma abordagem factual que acompanha a atualidade do acontecimento, enquanto as publicações semanais dão preferência à contextualização e análise valorativa da informação.

Se, por um lado, a cobertura dos congressos do PSD em 1995 e em 2000 confirma a nossa primeira hipótese de trabalho, traduzindo a apetência dos jornalistas pela corrida de cavalos (*horse-race*), por outro, a cobertura conferida aos congressos do PCP em 2000 e do PS em 2001 acrescenta

mais um elemento a esta equação, que se relaciona com a nossa segunda hipótese, onde se procura identificar elementos que possam comprovar que a cobertura jornalística dos eventos partidários privilegia a negatividade e o conflito, tendo por pressuposto a assunção de que os media têm como princípio de seleção da matéria noticiável o sensacional, conferindo-lhe um carácter dramático (Bourdieu, 1997: 12). Este princípio relaciona-se com a necessidade dos media aumentarem a sua audiência, e a ênfase dos dramas e dos conflitos torna as notícias mais apelativas para o público (Swanson, 1995; Dahlgren, 1995). As publicações analisadas valorizam, sobretudo, a luta no seio dos partidos políticos: as questões fraturantes, como a lei da despenalização da interrupção voluntária da gravidez no congresso do PS; e as divisões internas, como a tensão entre ortodoxos e renovadores no congresso do PCP.

Esta valorização do conflito é também observada na análise dos *temas* das peças. Tanto os *temas principais* como os *temas secundários* oscilam, essencialmente, entre *ações de campanha e política partidária* – temáticas que se concentram nas questões internas das estruturas partidárias, viradas para dentro e não para fora dos partidos. Ainda neste sentido, e sobretudo no que respeita aos congressos do PSD em 1995 e 2000 e do PS em 2001, verificou-se alguma atenção dada a *sondagens*: tanto as que refletem as posições dos candidatos na corrida pela liderança do partido (Siegelman e Bullock, 2000), como as que avaliam a posição dos partidos através das intenções de voto dos inquiridos para as eleições legislativas que se seguiram aos dois finais de mandato.

No entanto, se os media revelam uma apetência pelas questões estratégicas da vida interna dos partidos políticos e dos seus protagonistas, revelando proatividade na cobertura jornalística e um controlo menor por parte das estruturas partidárias sobre o que se escreve, verifica-se também que a agenda política tem capacidade de marcar a agenda mediática, observando-se a presença de assuntos que interessam aos partidos políticos que obtenham visibilidade pública, como é o caso do *tema União Europeia* em 1994 no contexto de eleições ao Parlamento Europeu.

Para além da substância, as características do discurso jornalístico na cobertura destes eventos revelam também tendências regulares. A forte incidência de um *estilo* discursivo *analítico* significa que a voz do jornalista está mais presente, este não se limita a descrever os factos, mas interpreta-os também. Especialmente os eventos onde se discute a liderança do partido ou divergências internas, são cobertos predominantemente desta forma, estando mais acentuada a voz do jornalista. Este elemento permite-nos confirmar que a cobertura dos eventos partidários funciona como uma narrativa, uma «estória» que os jornalistas contam (Gurevitch e Blumler, 1999; Stanyer, 2001; Traquina, 2000a), resultando numa reconstrução social da realidade que a precede (Berger e Luckmann, 2004).

Os próprios *títulos* das peças analisadas revelam esta construção da narrativa. Se nos *títulos expressivos apelativos* predomina a sensação e a dramatização dos acontecimentos, não sendo objetivo primordial informar, mas sim seduzir o leitor (Mesquita, 2004: 260), nos *títulos informativos explicativos* pressupõe-se um conhecimento prévio do acontecimento noticiado, correspondendo a um valor-notícia definido por Galtung e Ruge (1999: 71), que postula que, a partir do momento em que

um acontecimento se torna notícia, manter-se-á na agenda jornalística durante algum tempo – trata-se de uma «estória» que é contada pelos jornalistas em continuidade. Existe, portanto, a este nível um padrão de comportamento do discurso jornalístico que é transversal à cobertura realizada e não está dependente das características dos eventos. É sim, em alguns casos, dependente das próprias características das publicações, tal como já acontece ao nível da forma, como o caso do Independente que opta mais do que qualquer outra publicação por *títulos* próximos de *slogans* publicitários ou de trocadilhos, num estilo mais sensacionalista.

A presença do conflito nas peças traduz-se também na *narrativa dramática* utilizada pelos jornalistas para descrever os eventos partidários, que se caracteriza pelo diálogo empolado, e pela ênfase da luta. Tal como acontece nas peças com *estilo* discurso *analítico*, aquelas com uma *narrativa dramática* surgem mais frequentemente na cobertura dos eventos que suscitam maior atenção mediática, onde há eleições ou críticas internas, o que significa que a construção jornalística é feita apelando à emoção. Já a *narrativa assertiva* é mais visível nos eventos rotineiros que não reúnem um conjunto de valores-notícia apelativos ao trabalho jornalístico, como o inesperado e a negatividade (Galtung e Ruge, 1999: 71). O Independente mantém ao nível da *narrativa*, tal como dos *títulos*, um estilo sensacionalista, sendo a publicação que mais recorre à *ironia* na construção dos textos.

O *tom* das peças face aos líderes dos respetivos partidos é também um atributo discursivo importante. Apesar dos dois jornais diários revelarem uma predominância do *tom positivo*, verifica-se um elemento comum às publicações: as peças sobre os congressos do PSD em 2000 e do PS em 2001 caracterizam-se por um *tom* predominantemente *negativo*. Estes dois eventos antecederam eleições legislativas e foram protagonizados pelos partidos que tradicionalmente alternam as funções governativas em Portugal, o que significa que se encontram sujeitos a uma atenção mais negativa por parte dos media noticiosos.

O Independente, mais uma vez não acompanha a tendência genérica, dedicando mais peças *negativas* a Manuel Monteiro, nos congressos de 1994 e 1995, podendo revelar uma opção editorial estratégica do jornal cujo diretor, Paulo Portas, viria poucos anos mais tarde a disputar a liderança do partido.

A terceira hipótese de trabalho visa reunir elementos que possam determinar que a cobertura jornalística destes eventos partidários se caracteriza por uma informação personalizada das instituições políticas (Galtung e Ruge, 1999; Swanson, 1995) e pelo predomínio das vozes dos seus líderes. A presença hegemónica de referências a *personalidades políticas* e aos *líderes dos partidos* apoia a ideia de uma cobertura jornalística personalizada. Mais especificamente, as peças são construídas em torno dos líderes dos partidos em funções em cada momento, assim como dos seus opositores.

Revelaram-se, no entanto, ligeiras diferenças entre algumas publicações, como o Independente que conferiu maior visibilidade a personalidades do espectro político mais à direita, mesmo sendo maioritariamente negativa (o caso de *Manuel Monteiro*); e como a Visão que destacou *Carlos*

Carvalhas, então líder do PCP – o que pode demonstrar uma opção editorial que acompanha uma visão ideológica destas publicações.

Atrás das *personalidades políticas* e dos *líderes partidários*, encontram-se as referências a membros do Governo. O peso destes protagonistas é especialmente acentuado nas peças sobre os congressos do PSD em 1995 e do PS em 2001, momentos em que cada partido liderava o Governo. Muitas das figuras das suas estruturas partidárias desempenhavam também funções governativas, o que explica a sua presença nesta qualidade nos eventos realizados. Significa também que a construção jornalística considera relevantes, em termos de interesse público, personalidades que integram os Governos, numa aproximação ao poder, como também se constata pelo peso de *Cavaco Silva* e de *António Guterres*, Primeiros-ministros em funções nos períodos analisados.

Contrariamente à tendência hegemónica para a construção de peças jornalísticas personalizadas, as vozes dos líderes partidários estão, maioritariamente ausentes, ou seja, as peças são construídas sobre eles, mas não surgem em discurso direto. Desta forma, os elementos disponíveis não confirmam a presença dominante da voz dos líderes partidários na cobertura jornalística destes eventos. Não obstante, e tendo em consideração a expressão de *personalidades políticas* enquanto *atores*, entende-se que os jornalistas compõem as peças, não apenas com recurso à voz dos líderes, mas sobretudo através dos enunciados de outros atores das estruturas partidárias, entre eles, os restantes candidatos à liderança, quando se trata de congressos com eleições internas, reforçando uma construção da narrativa baseada na corrida de cavalos.

Distintas do padrão identificado encontram-se as peças sobre os eventos do CDS-PP, que registam um peso menor de ausência de citações do líder. Tendo em consideração que as *entrevistas* surgem mais frequentemente associadas aos eventos deste partido, pode concluir-se que esta estrutura partidária revela uma estratégia de abertura de um canal de acesso ao seu líder, resultando numa maior presença da sua voz nos media, tentando controlar de forma mais eficaz a cobertura jornalística.

Os aspetos do *enquadramento/orientação* das peças que os jornalistas salientam são de tipo *substância-liderança/personalização-jogo/estratégia*. Discute-se um tema ou a posição de um ator sobre esse tema, as suas qualidades de liderança, mas com enfoque na estratégia e na tática. Este resultado diz-nos, por um lado, que as peças são tendencialmente personalizadas, por incidirem não apenas num assunto (*questão/substância*), mas na posição do ator face ao mesmo, mas por outro, que a componente tática (*jogo/estratégia*), está bastante presente, o que mais uma vez reforça a ideia de uma construção jornalística que privilegia uma visão de luta partidária, à semelhança dos resultados obtidos por Brewer e Siegelman (2002).

Neste sentido, podemos afirmar que, tal como no estudo de Patterson (2000), o papel dos protagonistas sobrepõe-se aos fatores da política, ao mesmo tempo que a narrativa se concentra na luta pelo poder mais do que no seu exercício. Esta incidência no *jogo/estratégia* é o resultado de um enquadramento jornalístico que enfatiza a controvérsia e o conflito, o que, se por um lado, reflete a

realidade partidária, por outro, afasta-se dela por conferir ao jogo uma expressão muito maior do que este tem, efetivamente, na vida política.

Tendo em consideração os resultados que obtivemos da análise da cobertura jornalística dos congressos e convenções partidárias nos biénios 1994/1995 e 2000/2001 – orientada pelas hipóteses de trabalho definidas –, podemos elencar três conclusões genéricas que a caracterizam e que confirmam a ideia de que o jornalismo reconstrói a realidade sobre a qual se detém:

- 1) A cobertura jornalística destes eventos denota traços homogêneos, um ângulo comum que se pode enquadrar no conceito de *pack journalism* referido por Schudson (2003: 139). As temáticas abordadas, a incidência na personalização da ação política – em detrimento da sua substância –, e os atributos do discurso, todos concorrem para enfatizar o conflito, empolando tanto a luta interna pela liderança dos partidos, como as questões fraturantes no seu seio. Os media noticiosos fornecem uma definição da realidade social (Coleman et al, 2009; Traquina et al, 2007; Berger e Luckmann, 2004) que resulta numa «estória» de luta pelo poder;
- 2) Apesar dos traços predominantemente homogêneos, o tratamento jornalístico destes eventos revela diferenças entre alguns dos meios analisados, que estão dependentes das suas próprias características, como a periodicidade, mas também de opções editoriais que revelam aproximações a campos ideológicos a nível partidário, o que demonstra, tal como em Pissarra Esteves (2003: 39), que o processo de agendamento não é politicamente inócuo;
- 3) Não sendo o objeto central da análise proposta neste trabalho, os resultados revelam também que a estratégia de atuação dos partidos políticos face ao campo jornalístico influencia a forma como se constrói a narrativa sobre os eventos em causa. A maior ou menor disponibilidade de acesso dos agentes e estruturas partidárias aos media, e a eficiência na utilização dos recursos dos partidos (Papathanassopoulos et al, 2007: 10), determinam uma visibilidade mediática distinta, tal como já tinha sido observado numa pesquisa anterior que recorreu à observação participante de eventos partidários (Calado, 2006). Atores partidários que dominam melhor a sua relação com os media podem ser vistos como «para-jornalistas», conceito proposto por Schudson (2003: 3), obtendo uma cobertura jornalística menos mediada.

Precisamente este último aspeto deixa-nos uma pista para abordar mais profundamente as relações que se estabelecem entre o campo político e o campo jornalístico na realização de congressos e convenções partidárias, para a compreensão das forças que concorrem e influenciam mutuamente os dois espaços de ação. Para tal, julgamos que uma conjugação de metodologias – que incluísse a análise de conteúdo de peças jornalísticas, a observação participante em eventos partidários e as entrevistas em profundidade aos agentes envolvidos –, poderia fornecer uma visão complementar deste fenómeno.

6. Bibliografia

- Abélès, Marc (1995), “Encenações e Rituais Políticos. Uma abordagem crítica”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, pp. 105-125, Lisboa, Edições Cosmos.
- Aguiar, Joaquim (1983), *A Ilusão do Poder: Análise do Sistema Partidário Português 1976-1982*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Albertos, José Luís Martínez (1974), *Redacción Periodística – Los Estilos y los Generos en la Prensa Escrita*, Barcelona, A.T.E..
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1986), “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Augé, Marc (1994), *Pour une Anthropologie des Mondes Contemporains*, France, Éditions Aubier.
- Austin, J. L. (1978), *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press.
- Berger, Peter L. e Thomas Luckmann (2004), *A Construção Social da Realidade – Um Livro sobre a Sociologia do Conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- Blumler, Jay e Michael Gurevitch (2007), “Politicians and the Press – An Essay on Role Relationships”, em Ralph Negrine e James Stanyer, *The Political Communication Reader*, London and New York, Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta Editora.
- Brewer, Paul R. e Lee Siegelman (2002), “Political Scientists as Color Commentators: Framing and Expert Commentary in Media Campaign Coverage”, *Harvard International Journal of Press/Politics*, (Online), 7. Disponível em: <http://hij.sagepub.com/cgi/content/abstract/7/1/23>
- Calado, Vanda (2006), “Construção Jornalística e Rituais de Interação: Os Partidos Políticos e os Jornalistas de Televisão”, em Atas do II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia (Edição em CD-ROM), CIMJ, 13 e 14 de novembro de 2006, Lisboa.
- Calado, Vanda (2007), “O Tratamento dos Eventos Partidários na Imprensa Portuguesa: Mediação e Discursos Jornalísticos”, em Isabel Ferin (coord.), *Jornalismo e Democracia*, Lisboa, Paulus.
- Capella, J. e K. Jamieson (1997), *Spiral of Cynicism: The Press and the Public Good*, New York, Oxford University Press.
- Champagne, Patrick (2005), “The “Double Dependency”: The Journalistic Field Between Politics and Markets”, em Rodney Benson e Erik Neveu (eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity.
- Coleman, Renita, Maxwell McCombs, Donald Shaw e David Weaver (2009), “Agenda Setting”, em Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, Routledge.
- Correia, João (2000), “O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público”, *Jornalismo 2000: Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 193-211, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- Dahlgren, Peter (1995), *Television and the Public Sphere – Citizenship, Democracy and the Media*, London, Sage Publications.
- Dayan, Daniel e Elihu Katz (1999), *A História em Directo – Os Acontecimentos Mediáticos na Televisão*, Coimbra, Minerva.
- Durkheim, E. (1967), *Les Règles de la Méthode Sociologique*, Paris, PUF.

- Entman, Robert M., Jorg Matthes e Lynn Pellicano (2009), “Nature, Sources, and Effects of News Framing”, em Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, Routledge.
- Esteves, João Pissarra (2003), *Espaço Público e Democracia – Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais*, Lisboa, Edições Colibri.
- Esteves, João Pissarra (2005), *O Espaço Público e os Media – Sobre a Comunicação entre a Normatividade e Facticidade*, Lisboa, Edições Colibri.
- Faucher-King, Florence (2005), *Changing Parties – An Anthropology of British Political Party Conferences*, Great Britain, Palgrave Macmillan.
- Ferin, Isabel, et al (2004), “Media, Imigração e Minorias Étnicas”, *Observatório da Imigração*, 6, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Ferin, Isabel (2007), “Finais de Mandato de Primeiros-Ministros: Tendências de Cobertura Jornalística”, em Isabel Ferin (coord.), *Jornalismo e Democracia*, Lisboa, Paulus.
- Galtung, Johan e Mari Holmboe Ruge (1999), “A Estrutura do Noticiário Estrangeiro. A Apresentação das Crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro Jornais Estrangeiros”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora.
- Gitlin, Todd (1991), “Bites and Blips: Chunk News, Savvy Talk and the Bifurcation of American Politics”, em Peter Dahlgren e Colin Sparks (eds.), *Communication and Citizenship – Journalism and the Public Sphere*, London, Routledge.
- Goffman, Erving (1976), *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Graber, Doris A. (2000), “Para onde vai a Cobertura Televisiva das Eleições? Lições da Campanha Eleitoral de 1996”, *Jornalismo 2000: Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 181-192, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- Gurevitch, Michael e Jay G. Blumler (1999), “A Construção do Noticiário Eleitoral: Um Estudo de Observação na BBC”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora.
- Habermas, Jurgen (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.
- Hall, Stuart, et al (1978), *Policing the Crisis – Mugging, the State, and Law and Order*, New York, Holmes & Meier Publishers, Inc..
- Mazzoleni, Gianpietro e Winfried Schulz (2007), “‘Mediatization’ of Politics – A Challenge for Democracy?”, em Ralph Negrine e James Staney, *The Political Communication Reader*, London and New York, Routledge.
- Mcquail, Denis e Sven Windahl (1993), *Modelos de Comunicação – Para o Estudo da Comunicação de Massas*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Mercier, Arnaud (1996), *Le Journal Télévisé – Politique de L’information et Information Politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Mesquita, Mário (2004), *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- Miranda, José A. Bragança de (1995), “Espaço Público, Política e Mediação”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 129-148, Lisboa, Edições Cosmos.

- Molotch, Harvey e Marilyn Lester (1999), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora.
- Mouillaud, M. e J.-F. Tétu (1989), *Le Journal Quotidien*, France, Presses Universitaires de Lyon.
- Mouillaud, Maurice e Sérgio Dayrell Porto (org.), (2002), *O Jornal – Da Forma ao Sentido*, Brasil, Editora UnB.
- Negrine, Ralph (1996), *The Communication of Politics*, London, Sage Publications.
- Negrine, Ralph (2007), “The Professionalisation of Political Communication in Europe”, em Ralph Negrine et al (eds.), *The Professionalisation of Political Communication – Changing Media, Changing Europe*, Volume 3, Great Britain, The Cromwell Press.
- Norris, Pippa et al (1999), *On Message – Communicating the Campaign*, London, Sage Publications.
- Papathanassopoulos, Stylianos et al (2007), “Political Communication in the Era of Professionalisation”, em Ralph Negrine et al (eds.), *The Professionalisation of Political Communication – Changing Media, Changing Europe*, Volume 3, Great Britain, The Cromwell Press.
- Patterson, T.E. (1994), *Out of Order*, New York, Vintage.
- Patterson, Thomas E. (2000), “Serão os Media Noticiosos Actores Políticos Eficazes?”, *Jornalismo 2000: Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 79-96, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- Pestana, Maria Helena e João Nunes Gageiro (2000), *Análise de Dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Ponte, Cristina (2004), *Leitura das Notícias – Contributo para uma Análise do Discurso Jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Santos, Rogério (coord.), Isabel Ventura e Vanda Calado (2002), “Congressos e Convenções Partidárias – Como se Relacionam os Políticos e os Jornalistas de Televisão”, *Media, Política e Discriminação: Obercom*, 5, Lisboa.
- Schlesinger, Philip (1990), “Rethinking the Sociology of Journalism: Source Strategies and the Limits of Media-centrism”, em M. Ferguson (ed.), *Public Communication: The New Imperatives – Future Directions for Media Research*, London, Sage.
- Schudson, Michael (1999), “A Política da Forma Narrativa: A Emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora.
- Schudson, Michael (2003), *The Sociology of News*, United States of America, W. W. Norton & Company, Inc.
- Schudson, Michael (2008), *Why Democracies Need an Unlovable Press*, Cambridge, Polity Press.
- Semetko, Holli et al (2007), “The Formation of Campaign Agendas”, em Ralph Negrine e James Staney, *The Political Communication Reader*, London and New York, Routledge.
- Serrano, Estrela (2005), *Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001): Padrões Jornalísticos na Cobertura de Eleições Presidenciais*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Shaw, Harry (1982), *Dicionário de Termos Literários*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Shoemaker, Pamela J., Tim P. Vos e Stephen D. Reese (2009), “Journalists as Gatekeepers”, em Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, Routledge.

- Siegelman, Lee e David Bullock (2000), “Candidatos, Questões Políticas, Corridas de Cavalos e Sensacionalismo – A Cobertura das Campanhas Presidenciais de 1888 a 1988”, *Jornalismo 2000: Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 109-137, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- Stanyer, James (2001), *The Creation of Political News: Television and British Party Political Conferences*, Great Britain, Sussex Academic Press.
- Swanson, David L. (1995), “El Campo de Comunicación Política. La Democracia centrada en los Medios”, em Alejandro Alonso-Muñoz e Juan Ignacio Rospir (dr.), *Comunicación Política*, Madrid, Editorial Universitas, S. A..
- Traquina, Nelson (2000a), “A Redescoberta do Poder do Jornalismo – Análise da Teoria do Agendamento”, em Nelson Traquina, *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva.
- Traquina, Nelson (2000b), “Jornalismo 2000 – O Estudo das Notícias no Fim do Século XX”, *Jornalismo 2000: Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 15-31, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- Traquina, Nelson (2002), *O que é – Jornalismo*, Lisboa, Quimera.
- Traquina, Nelson (2004), *A Tribo Jornalística – Uma Comunidade Transnacional*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Traquina, Nelson, Marisa Torres da Silva e Vanda Calado (2007), *A Problemática da SIDA como Notícia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Vala, Jorge (1986), “A Análise de Conteúdo”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Wahl-Jorgensen, Karin e Thomas Hanitzsch (2009), “Introduction: On Why and How We Should Do Journalism Studies”, em Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies*, New York, Routledge.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico.

Anexo A

A grelha de análise de conteúdo adotada, em baixo apresentada, é aplicada a cada unidade de registo recolhida. Considera-se unidade de registo qualquer texto, ilustração, ou a combinação dos dois, que constituam por si próprios unidades claramente delimitadas e suscetíveis de constituir um objeto de estudo em si mesmas.

Quadro 1. Grelha de análise de conteúdo

Nome da variável e categorias	Definição conceptual
1. Género jornalístico da peça	Identifica o modelo ou registo discursivo da peça jornalística. ¹³
1. <i>Notícia</i>	Peça de estilo factual, conciso e direto, orientado por uma hierarquização da informação por ordem decrescente de importância.
2. <i>Breve (1 a 2 parágrafos)</i>	Peça informativa de dimensão reduzida que agrega os elementos essenciais do assunto abordado.
3. <i>Artigo (notícia comentada)</i>	Peça essencialmente baseada na interpretação do jornalista em detrimento da descrição dos factos.
4. <i>Reportagem</i>	Peça construída, fundamentalmente, a partir da presença do jornalista no local do acontecimento e do contacto com os protagonistas. Tem uma estrutura organizativa mais flexível que a notícia.
5. <i>Fotolegenda</i>	Peça assente na publicação de uma imagem, normalmente complementada por um pequeno texto. Sobressai o discurso visual em detrimento do discurso textual.
6. <i>Editorial</i>	Peça que reflete a posição coletiva do meio de comunicação ou do seu diretor sobre um tema relevante. Pode ser ou não assinado.
7. <i>Coluna, comentário, crónica, bilhete (apenas artigos assinados)</i>	Peça caracterizada pela exposição de opiniões, juízos e argumentos assumidos pelo próprio autor do texto.
8. <i>Crítica de televisão</i>	Variante do artigo de opinião vocacionado para a análise de programas e intervenções televisivas.
9. <i>Entrevista</i>	Peça que reflete a interação entre dois agentes, o entrevistador e o entrevistado. É uma modalidade de reportagem caracterizada pela manifestação das próprias palavras do entrevistado. ¹⁴
10. <i>Cartoon</i>	Ilustração caricatural.
11. <i>Estudo/Dossier/Destaque/ Inquérito/ Sondagem</i>	Peça baseada, essencialmente, em dados estatísticos e apresentação de tendências.
12. <i>Citações/Excertos (frases soltas)</i>	Género híbrido caracterizado por pequenos blocos de citações ou frases soltas.
13. <i>Peça composta</i>	Peça complementada com peças mais pequenas relacionadas com o item principal.
14. <i>Perfil/Retrato</i>	Peça centrada nas características específicas, percurso, vida e obra de uma personalidade.
15. <i>Não aplicável</i>	
2. Tema principal e tema secundário	Tema principal: identifica a ideia ou assunto desenvolvido na peça jornalística. O tema principal será aquele que assume centralidade na peça. ¹⁵ Tema secundário: identifica a ideia ou assunto desenvolvido na peça jornalística que se relaciona com o tema principal, mas que assume menor proeminência. ¹⁶
1. <i>Assuntos de governação</i>	
2. <i>Política partidária</i>	
3. <i>Política internacional</i>	
4. <i>União Europeia</i>	
5. <i>Legislação</i>	
6. <i>Problemas sociais</i>	
7. <i>Economia</i>	
8. <i>Saúde</i>	
9. <i>Educação</i>	
10. <i>Habituação</i>	
11. <i>Cultura</i>	
12. <i>Desporto</i>	
13. <i>Igreja</i>	
14. <i>Migrações e minorias</i>	
15. <i>Financiamento das campanhas</i>	
16. <i>Ações de campanha, comícios, votação, estratégia política, apoios, etc.</i>	
17. <i>Escândalos</i>	
18. <i>Negócios (fora de um contexto de interesse público)</i>	
19. <i>Sondagem</i>	
20. <i>Media</i>	
21. <i>Traços de personalidade</i>	
22. <i>Outros</i>	

¹³ Categorias definidas a partir do projeto “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002) e a partir de Serrano (2005).

¹⁴ Definição a partir de Albertos (1974).

¹⁵ Categorias definidas a partir do projeto “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002).

¹⁶ Idem.

CONTINUAÇÃO	
3. Citações	Identifica a presença/ausência e a forma que assumem as referências a declarações dos protagonistas. Esta variável apenas se refere às citações dos líderes partidários em funções nos períodos analisados. ¹⁷
1. Citação de uma frase	Modalidade que visa manter a integridade e a autenticidade do discurso de citação, sendo este delimitado por fronteiras claras.
2. Citação de duas frases	
3. Citação de mais de duas frases	
4. Transformação com citação de palavras do líder (palavras soltas)	Modalidade mista que integra tanto a reabsorção do discurso de citação, como a delimitação do mesmo.
5. Transformação sem citação de palavras	Modalidade que visa desfazer a estrutura fechada do discurso de citação, reabsorvendo-o e apagando as suas fronteiras.
6. Sem citação	
7. Não aplicável	
4. Título da peça	O título refere-se ao segmento de texto que encabeça a peça jornalística, evidenciando-se pela dimensão, cor e fonte de texto. Esta variável identifica as várias categorias de títulos das peças analisadas. ¹⁸
1. Informativos indicativos	Identificam o acontecimento, respondendo às questões «Quem? O quê? Onde? Quando?». Predomina a função referencial da linguagem.
2. Informativos explicativos	Identificam as causas ou consequências de um acontecimento, pressupondo um conhecimento prévio do mesmo, e respondem à pergunta «Como?».
3. Expressivos apelativos	Assentam nas funções expressivas da linguagem, predominando a sensação e a dramatização dos acontecimentos. Não está em causa informar, mas seduzir o leitor.
4. Expressivos formais ou lúdicos	Predomina a forma da mensagem, normalmente recorrendo a trocadilhos ou utilizando títulos de filmes, livros, canções ou <i>slogans</i> publicitários.
5. Expressivos interrogativos	Construídos sob a forma de pergunta.
6. Categoriais	Apresentam uma categoria ou tema, sem explicitar o conteúdo da peça.
7. Declarativos	Utilizam citações diretas ou indiretas de personalidades ou entidades exteriores ao jornal.
5. Enquadramento/Orientação	O conceito de enquadramento/orientação é utilizado para descrever a atividade jornalística de salientar certos aspetos da realidade num contexto de comunicação, chamando a atenção para determinados aspetos do assunto. Enquadrar as notícias é fornecer uma maneira de pensar sobre os eventos. Este conceito baseia-se em três categorias fundamentais (questão/substância; liderança/personalidade; jogo/estratégia), que podem ser combinadas de várias formas. ¹⁹
1. Questão/Substância	Discute um tema específico e/ou a posição específica do ator sobre um assunto.
2. Personalização/Liderança	Discute as qualidades de liderança do ator.
3. Jogo/Estratégia	Centra-se nas formas estratégicas e táticas do acontecimento e/ou do protagonista, assim como no sucesso eleitoral do ator.
4. Substância – Liderança/Personalização	Discute um tema específico ou a posição de um ator perante um assunto e as qualidades de liderança do ator.
5. Substância – Jogo/Estratégia	Discute um tema específico ou a posição de um ator perante um assunto, mas com enfoque na estratégia, táticas ou sucesso eleitoral
6. Liderança/Personalização – Jogo/Estratégia	Discute as qualidades de liderança do ator, mas com enfoque na estratégia, táticas ou sucesso eleitoral.
7. Substância – Liderança/Personalização – Jogo/Estratégia	Discute um tema específico ou a posição de um ator perante um assunto e as qualidades de liderança de um ator, mas com enfoque na estratégia, táticas ou sucesso eleitoral.
8. Não aplicável	
6. Estilo da peça jornalística	Identifica a atitude comunicativa dominante do jornalista. ²⁰
1. Descritivo/Narrativo	Aplica-se quando as peças jornalísticas enfatizam o «Quê».
2. Analítico-Interpretativo/Explicativo	Descreve as peças jornalísticas que enfatizam o «Porquê». Por outro lado, engloba as peças em que os elementos descritivos estão diminuídos, enfatizando-se os elementos interpretativos, salientando-se a presença da voz do jornalista na peça.
3. Não aplicável	
7. Narrativa da peça	Identifica o enfoque conferido na construção da peça jornalística e na abordagem do assunto. ²¹
1. Alegórica	Método de representação em que uma pessoa, uma ideia abstrata ou um determinado facto nos aparece como aquilo que realmente é e também como alguma outra coisa diferente. É uma metáfora desenvolvida.
2. Dramática	Caracteriza-se pelo diálogo empolado, conflito violento, cenas de amor apaixonado e lutas ferozes.
3. Épica	Aplica-se quando a ação, personagens e linguagem são de nível heroico e o estilo é elevado e, às vezes, majestoso.
4. Irónica	Representa uma figura da linguagem em que o sentido literal de uma palavra ou de uma frase é o contrário daquele em que ela é empregada.
5. Moral	Diz respeito à forma normativa das ações humanas relativamente às regras de conduta, às práticas, sentimentos e juízos relativos ao bem e ao mal.
6. Assertiva	Aplica-se à afirmação/asserção de ações ou de sujeitos.
7. Outra	

¹⁷ Definição a partir de Mouillaud e Tétu (1989) e de Mouillaud e Porto (2002).

¹⁸ Definição a partir do projeto “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002) e a partir de Mesquita (2004).

¹⁹ Definição a partir de Brewer e Sigelman (2002) e Capella e Jamieson (1997).

²⁰ Definição a partir de Patterson (1994).

²¹ Definição de termos baseada em Shaw (1982).

CONTINUAÇÃO	
8. Tom da peça	Caracteriza o discurso jornalístico utilizado na construção do texto, tendo como referente a atitude perante o protagonista (líderes partidários em funções nos períodos analisados). ²²
1. Claramente negativo/desfavorável	Itens que apresentam os partidos ou os seus representantes de forma desfavorável, reforçando situações de conflito, desunião, enganos e fracassos.
2. Mais negativo/desfavorável do que positivo/favorável	
3. Equilibrado (entre positivo e negativo)	Itens que apresentam os partidos ou os seus representantes tanto de forma negativa como positiva, sem que nenhum dos enfoques se sobreponha ao outro.
4. Mais positivo/favorável do que negativo/desfavorável	Itens que apresentam os partidos ou os seus representantes de forma favorável, reforçando situações de unidade e sucesso.
5. Claramente positivo/favorável	
6. Neutral (nem positivo nem negativo)	Itens que apresentam os partidos ou os seus representantes sem enfoque em situações negativas ou positivas.
7. Não aplicável	A categoria não aplicável destina-se a itens não passíveis de serem classificados quanto ao tom, como por exemplo, citações de declarações.
9. Atores ou agentes sociais e instituições (variável de resposta múltipla)	Identifica todos os indivíduos e instituições presentes e mencionadas na peça jornalística. Estas referências são, na sua maioria, personalizadas e têm como base de seleção os protagonistas políticos (e respetivas organizações partidárias) com atuação pública nos períodos analisados, quer sejam líderes partidários, membros de órgãos políticos ou candidatos a eleições. ²³
1. Ramalho Eanes	
2. Pinheiro de Azevedo	
3. Octávio Pato	
4. Otelo Saraiva de Carvalho	
5. Soares Carneiro	
6. Pires Veloso	
7. Aires Rodrigues	
8. Carlos Brito	
9. Mário Soares	
10. Salgado Zenha	
11. Ângelo Veloso	
12. Lurdes Pintasilgo	
13. Freitas do Amaral	
14. Carlos Marques	
15. Basílio Horta	
16. Carlos Carvalhas	
17. Jorge Sampaio	
18. Cavaco Silva	
19. Jerónimo de Sousa	
20. Galvão de Melo	
21. Ferreira do Amaral	
22. António Abreu	
23. Garcia Pereira	
24. Fernando Rosas	
25. Vários	
26. António Guterres	
27. Durão Barroso	
28. Paulo Portas	
29. Manuel Monteiro	
30. João Amaral	
31. PS	
32. PSD	
33. CDS-PP	
34. PCP	
35. BE	
36. Personalidade política	
37. Personalidade governamental	
38. Personalidade pública (não política)	
39. Empresários	
40. Especialistas (professor, economista, médico, etc.)	
41. Pessoa comum	
42. Instituição/Organismo público	
43. Instituição/Organização privada	
44. Corporação (sindicatos, associações patronais, Igreja, etc.)	
45. Outro	

²² Categorias definidas a partir do projeto “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002) e a partir de Norris (1999).

²³ Categorias definidas a partir do projeto “Jornalismo e Atos de Democracia” (POCTI/Com/4439/2002).

Anexo B

Quadro 1. Atores ou instituições referidos nas peças, por congresso/convenção, no Diário de Notícias

Atores ou instituições	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001	Total
Personalidade política	9	11	87	19	53	12	55	64	4	314
PSD	5	10	84	9	55	14	11	21	1	210
PS	11	7	24	4	28	9	20	78	3	184
Durão Barroso	-	-	70	-	51	9	-	3	-	133
Cavaco Silva	5	5	67	2	24	7	1	4	1	116
António Guterres	5	2	12	-	15	2	3	73	2	114
PCP	3	3	4	-	6	5	67	11	1	100
CDS	4	17	9	20	14	20	4	9	1	98
Personalidade governamental	1	-	10	3	10	1	1	33	-	59
Manuel Monteiro	-	16	2	20	2	5	-	-	-	45
Pessoa comum	-	-	8	-	2	-	24	8	-	42
Especialistas (professor, economista, médico)	1	-	12	2	8	-	11	6	1	41
Paulo Portas	-	1	1	-	11	19	3	1	-	36
Mário Soares	1	4	14	-	1	5	1	7	-	33
Carlos Carvalhas	-	-	-	-	2	2	26	-	-	30
Instituição/organismo público	-	-	8	-	9	1	2	5	-	25
Jorge Sampaio	1	-	2	-	6	7	-	7	-	23
Instituição/organização privada	-	-	7	-	7	-	-	7	-	21
BE	-	-	-	-	2	2	2	10	4	20
João Amaral	-	-	-	-	-	-	19	1	-	20
Ferreira do Amaral	-	-	6	-	2	9	-	-	-	17
Basílio Horta	-	-	-	1	-	13	-	-	-	14
Freitas do Amaral	-	2	1	2	4	3	-	-	-	12
António Abreu	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Corporação (sindicato, associações patronais, Igreja, etc.)	-	-	-	-	-	1	6	1	-	8
Ramalho Eanes	-	-	6	1	-	-	-	-	-	7
Fernando Rosas	-	-	1	-	-	-	-	-	3	4
Empresários	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Jerónimo de Sousa	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Lurdes Pintasilgo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Octávio Pato	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Outro	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Personalidade pública (não política)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Soares Carneiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	46	78	436	83	314	147	269	349	21	1743
<i>Total itens analisados</i>	<i>12</i>	<i>18</i>	<i>92</i>	<i>22</i>	<i>57</i>	<i>20</i>	<i>68</i>	<i>84</i>	<i>4</i>	<i>377</i>

Quadro 2. Atores ou instituições referidos nas peças, por congresso/convenção, no Público

Atores ou instituições	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001	Total
Personalidade política	11	14	133	16	66	24	65	83	3	415
PSD	8	5	139	7	63	17	7	6	–	252
Durão Barroso	–	–	123	1	59	12	–	2	–	197
PS	14	2	37	3	21	8	18	79	3	185
Personalidade governamental	–	1	124	2	1	1	7	36	–	172
Cavaco Silva	5	3	100	4	18	9	2	1	–	142
António Guterres	11	–	31	1	9	2	1	65	2	122
PCP	3	–	8	1	4	3	76	12	2	109
CDS	4	19	21	17	7	29	1	5	2	105
Manuel Monteiro	3	18	11	17	–	5	–	–	–	54
Mário Soares	4	2	21	1	1	4	2	12	–	47
Especialistas (professor, economista, médico)	2	–	14	1	4	1	18	6	–	46
Paulo Portas	1	–	1	2	7	28	–	1	1	41
Carlos Carvalhas	–	–	2	–	–	–	32	1	1	36
Jorge Sampaio	1	–	11	–	2	11	3	6	1	35
Freitas do Amaral	–	5	2	4	6	8	1	–	–	26
Ferreira do Amaral	–	–	6	–	2	15	1	–	–	24
Pessoa comum	–	1	10	1	2	–	7	1	–	22
Basílio Horta	–	2	–	2	–	17	–	–	–	21
BE	–	–	–	–	1	3	6	5	5	20
Instituição/organismo público	1	–	7	–	5	–	2	4	–	19
João Amaral	–	–	–	–	–	–	14	3	–	17
António Abreu	–	–	–	–	–	–	13	–	–	13
Instituição/organização privada	–	2	3	–	3	2	–	–	–	10
Octávio Pato	–	–	–	–	–	–	8	–	–	8
Personalidade pública (não política)	–	–	3	–	5	–	–	–	–	8
Jerónimo de Sousa	–	–	–	–	–	–	7	–	–	7
Ramalho Eanes	–	–	5	2	–	–	–	–	–	7
Corporação (sindicato, associações patronais, Igreja, etc.)	–	–	–	–	–	–	5	1	–	6
Empresários	–	–	–	–	2	–	4	–	–	6
Salgado Zenha	–	–	–	–	–	–	1	5	–	6
Fernando Rosas	–	–	1	–	–	–	2	–	2	5
Outro	–	1	1	–	–	–	1	1	–	4
Ángelo Veloso	–	–	–	–	–	–	1	–	–	1
Garcia Pereira	–	–	–	–	–	–	1	–	–	1
Total	68	75	814	82	288	199	306	335	22	2189
<i>Total itens analisados</i>	<i>14</i>	<i>19</i>	<i>155</i>	<i>18</i>	<i>69</i>	<i>29</i>	<i>78</i>	<i>89</i>	<i>5</i>	<i>476</i>

Quadro 3. Atores ou instituições referidos nas peças, por congresso/convenção, no Expresso

Atores ou instituições	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001	Total
Personalidade política	6	4	38	6	39	12	12	33	-	150
PSD	6	3	52	4	39	15	1	10	-	130
PS	8	2	17	4	18	7	2	42	-	100
Durão Barroso	-	-	36	2	39	15	-	7	-	99
Cavaco Silva	4	2	33	3	19	7	-	4	-	72
António Guterres	7	-	14	1	11	1	1	34	-	69
Personalidade governamental	-	-	41	2	5	2	1	17	-	68
CDS	2	8	12	9	11	17	1	3	-	63
PCP	2	1	13	3	4	-	15	2	-	40
Paulo Portas	-	2	1	-	13	17	-	1	-	34
Manuel Monteiro	3	7	7	8	2	3	-	-	-	30
Jorge Sampaio	2	-	5	1	4	10	-	4	-	26
Especialistas (professor, economista, médico)	2	1	1	2	9	1	5	3	-	24
Mário Soares	3	2	10	2	4	2	-	1	-	24
Freitas do Amaral	-	3	-	3	7	9	-	-	-	22
Ferreira do Amaral	-	-	5	-	2	10	1	-	-	18
Instituição/organismo público	1	-	2	-	-	4	1	9	-	17
Carlos Carvalhas	1	-	2	-	1	-	10	1	-	15
Instituição/organização privada	-	-	5	1	1	-	-	3	-	10
Basílio Horta	-	1	-	-	-	6	-	-	-	7
Corporação (sindicato, associações patronais, Igreja, etc.)	1	-	1	-	-	-	2	3	-	7
João Amaral	-	-	-	-	-	-	5	1	-	6
Ramalho Eanes	-	-	4	-	-	1	-	1	-	6
BE	-	-	1	-	1	-	-	3	-	5
Empresários	-	-	-	1	1	-	1	-	-	3
Jerónimo de Sousa	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Salgado Zenha	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
António Abreu	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Lurdes Pintasilgo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Personalidade pública (não política)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Pessoa comum	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Soares Carneiro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	48	36	300	52	231	142	61	184	-	1054
<i>Total itens analisados</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>54</i>	<i>9</i>	<i>44</i>	<i>17</i>	<i>15</i>	<i>44</i>	<i>-</i>	<i>199</i>

Quadro 4. Atores ou instituições referidos nas peças, por congresso/convenção, no Independente

Atores ou instituições	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Total
Personalidade política	7	12	58	10	87
PSD	4	9	44	4	61
Personalidade governamental	-	2	56	2	60
Durão Barroso	-	-	44	2	46
Cavaco Silva	3	3	29	3	38
CDS	2	14	4	10	30
Manuel Monteiro	3	11	6	10	30
PS	7	6	9	5	27
António Guterres	5	4	5	2	16
Instituição/organização privada	-	2	9	1	12
Mário Soares	2	3	7	-	12
Especialistas (professor, economista, médico)	-	1	8	2	11
Ferreira do Amaral	-	-	8	1	9
Instituição/organismo público	-	2	5	2	9
Jorge Sampaio	1	1	4	2	8
PCP	2	3	3	-	8
Personalidade pública (não política)	1	1	5	-	7
Freitas do Amaral	-	2	-	4	6
Ramalho Eanes	1	-	3	2	6
Carlos Carvalhas	-	2	2	-	4
Empresários	-	-	2	-	2
Corporação (sindicato, associações patronais, Igreja, etc.)	-	-	-	1	1
Total	38	78	311	63	490
<i>Total itens analisados</i>	<i>7</i>	<i>14</i>	<i>68</i>	<i>13</i>	<i>102</i>

Quadro 5. Atores ou instituições referidos nas peças, por congresso/convenção, na Revista do Expresso

Atores ou instituições	Cv. PS 1994	Cg. CDS 1994	Cg. PSD 1995	Cg. CDS 1995	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001	Total
Personalidade política	2	2	14	3	7	1	5	5	–	39
PSD	–	2	14	2	7	2	1	3	–	31
Durão Barroso	–	–	13	1	6	1	1	2	–	24
Personalidade governamental	1	–	15	2	2	–	2	1	–	23
Cavaco Silva	–	–	12	1	4	–	–	1	–	18
CDS	–	2	8	3	–	2	–	2	–	17
PS	2	–	5	–	2	–	2	6	–	17
António Guterres	1	–	4	–	1	1	1	5	–	13
PCP	–	–	4	–	2	–	6	1	–	13
Especialistas (professor, economista, médico)	–	–	5	1	2	–	2	2	–	12
Instituição/organismo público	–	1	2	1	1	–	3	1	–	9
Manuel Monteiro	–	2	2	3	–	1	–	–	–	8
Instituição/organização privada	–	1	3	1	1	–	–	1	–	7
Mário Soares	–	–	4	–	–	–	1	2	–	7
Pessoa comum	–	–	1	1	1	–	2	–	–	5
Carlos Carvalhas	–	–	–	–	–	–	4	–	–	4
Personalidade pública (não política)	–	–	4	–	–	–	–	–	–	4
Ramalho Eanes	–	–	3	–	–	–	–	–	–	3
António Abreu	–	–	–	–	–	–	2	–	–	2
BE	–	–	–	–	–	–	1	1	–	2
Empresários	–	–	–	1	1	–	–	–	–	2
Ferreira do Amaral	–	–	2	–	–	–	–	–	–	2
Freitas do Amaral	–	–	1	1	–	–	–	–	–	2
João Amaral	–	–	–	–	–	–	2	–	–	2
Jorge Sampaio	–	–	1	–	–	–	–	1	–	2
Outro	1	–	–	–	1	–	–	–	–	2
Basílio Horta	–	–	–	1	–	–	–	–	–	1
Jerónimo de Sousa	–	–	–	–	–	–	1	–	–	1
Octávio Pato	–	–	–	–	–	–	1	–	–	1
Paulo Portas	–	–	–	–	–	1	–	–	–	1
Total	7	10	117	22	38	9	37	34	–	274
<i>Total itens analisados</i>	2	2	15	3	8	2	7	6	–	45

Quadro 6. Atores ou instituições referidos nas peças, por congresso/convenção, na Visão

Atores ou instituições	Cg. PSD 2000	Cg. CDS 2000	Cg. PCP 2000	Cg. PS 2001	Cv. BE 2001	Total
Personalidade política	7	2	7	13	–	29
PS	2	1	3	14	–	20
PCP	1	1	10	6	–	18
PSD	8	2	–	5	–	15
António Guterres	1	1	1	11	–	14
Personalidade governamental	–	1	2	8	–	11
BE	–	1	1	6	–	8
Durão Barroso	6	2	–	–	–	8
Carlos Carvalhas	–	1	5	1	–	7
Instituição/organismo público	3	–	1	3	–	7
Cavaco Silva	3	2	–	1	–	6
CDS	2	2	–	2	–	6
Jorge Sampaio	2	2	–	2	–	6
Paulo Portas	3	2	–	1	–	6
Especialistas (professor, economista, médico)	2	1	1	1	–	5
Instituição/organização privada	–	–	2	2	–	4
Pessoa comum	–	–	3	1	–	4
Empresários	–	–	2	1	–	3
Corporação (sindicato, associações patronais, Igreja, etc.)	1	–	1	–	–	2
Ferreira do Amaral	–	2	–	–	–	2
Freitas do Amaral	1	1	–	–	–	2
João Amaral	–	–	2	–	–	2
Manuel Monteiro	–	2	–	–	–	2
Mário Soares	1	–	–	1	–	2
António Abreu	–	–	1	–	–	1
Basílio Horta	–	1	–	–	–	1
Outro	–	–	1	–	–	1
Ramalho Eanes	1	–	–	–	–	1
Soares Carneiro	1	–	–	–	–	1
Total	45	27	43	79	–	194
<i>Total itens analisados</i>	8	2	10	21	–	41

Figura 1. Peça com título expressivo apelativo – Público, 11 de Fevereiro de 1995 (congresso do CDS-PP)



Bastião Horta, Freitas do Amaral e Lucas Pires: três históricos do CDS que permaneceram com Montenegro

Navegar ao centro, quase morrer à direita

I Congresso, 1975, Porto

O congresso da clandestinidade

OS TRABALHOS começaram no Palácio de Cristal, no Porto, mas o ambiente que se vivia nas imediações era de autêntica guerra civil. Manifestantes ruidosos cercavam o prédio e procuravam impedir a realização do primeiro congresso do CDS, classificado como um partido fascista. Gritava-se "morte aos fascistas" e incendiavam-se curros. Formalmente, os principais partidos foram discretos e distanciaram-se dos incidentes. O PCP demarcava-se da organização da manifestação, mas sublinhava que ele tinha um carácter "popular" e "antifascista". O PS criticava a violência, mas dizia "nada ter em comum com o CDS, partido que exprime interesses de classe da grande burguesia e do capitalismo". O PPD criticou o recurso à violência, e organizações de extrema-esquerda como a LUAR, a LCI e o PRP-BR apoiaram activamente as manifestações. Os congressistas tiveram de sair com protecção policial e a primeira reunião magna dos centristas só se concretizou mais tarde, já na sede do partido, no Porto. Freitas do Amaral foi eleito presidente e Adelino Amaro da Costa designado para vice-presidente.

II Congresso, 1976, Lisboa

A ruptura com os radicais

UM ANO depois dos acontecimentos do Porto, o CDS voltou a reunir-se num congresso mais sereno e que afirma o partido ao centro do espectro político. A liderança de Freitas do Amaral é consolidada e este força centrista marcado, em definitivo, a ruptura com a direita radical que se albergava no MURN, de

Kauliza de Arriaga. Neste segundo congresso, o CDS decide, por largo consenso, aceitar a Constituição para os quatro anos seguintes, apesar do seu cariz fortemente socialista, e aprova um programa em que é proposto um debate ideológico sobre a institucionalização do socialismo. Até ao segundo congresso, como escrevia o "Expresso", o CDS era um projecto de partido, mas agora começava "a ser um partido de efectiva implantação nacional".

III Congresso, 1978, Porto

Salto para a DC

NÃO QUERIAM perder o "estilo" que fazia do CDS um partido centrista, mas o terceiro congresso é um salto para a democracia cristã (DC). A ideia era partir do eleitorado fixado na versão "centrista" para criar um movimento aglutinador de todas as "forças liberais" e derrotar a maioria de esquerda. Era já uma preparação do CDS para responder à proposta de criação de um "bloco" democrático e reformador que Sá Carneiro havia avançado uns tempos antes. Assim, o CDS na sua máxima força, com Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Bastião Horta, mas já com querelas internas que colocavam Lucas Pires e Rui Oliveira na barricada dos "críticos", piscava o olho à democracia cristã. Freitas clarificava que não era uma viragem à direita, mas sim um novo equilíbrio e, portanto, uma valorização de aspectos ideológicos e programáticos que, até aí, não estavam no horizonte das preocupações do CDS.

IV Congresso, 1981, Lisboa

O peso da orfandade

O ENTÃO director do "Expresso", Marcelo Rebelo de Sousa, analisa que emerge no firmamento do

criação dos famosos "factos políticos", escrevia em 4 de Abril de 1981: "Amaro da Costa só havia um e isso tem enormes custos para o país e para o CDS, mas tem sobretudo custos para Diogo Freitas do Amaral." E escrevia mais: "Neste congresso faltou a sua capacidade estratégica, a sua intuição política, o seu brilhantismo oratório... Um rol de qualidades e virtudes políticas que se perderam no desastre de avião em Camarate, juntamente com Sá Carneiro. Pelo rude golpe que esse acidente representou para a Aliança Democrática, que governava o país, e para o CDS, o IV Congresso seria, inelutavelmente, o da orfandade, também para os centristas. Freitas do Amaral era o líder, mas Amaro da Costa, apesar de se ter sempre assumido como um número dois que não aspirava a número um, era uma espécie de pai do CDS profundo. Foi o congresso da tristeza e da orfandade. Sem ele, Freitas continuava líder, mas mais só do que nunca."

V Congresso, 1983, Lisboa

O ciclo "pirista"

DOIS MESES antes, Freitas do Amaral abdicou de continuar na liderança do CDS. A AD esborçava-se nas teias do PSD pós-Sá Carneiro e nos "tiros" dos críticos Cavaco Silva e Eurico de Melo. Para o CDS era também fim de festa. A dois dias do congresso, Luís Barbosa era o homem que se perfilava para suceder a Freitas. Mas o Teatro Maria Matos acabaria por testemunhar uma reviravolta e, sobretudo, a ascensão de uma primeira formada de "jovens turcos" liberais que marcaram o princípio do ciclo pirista. Lucas Pires ganhou, secundado por uma equipa de velhos amigos dos tempos em que calcou as pedras da Universidade de Coimbra. O estratega (ou manobrador?) Gomes de Pinho, o eclético Cavaleiro Brandão, o indafectível Miguel Seabra, o inopórtico Manuel Queirós, o delirante António Lobo Xa-

vior. Uma vitória celebrada à sombra tutelar de Adriano Moreira. Era a ascensão do chamado "grupo de Coimbra", homens que, nas palavras de Gomes de Pinho, se preocupavam mais "com a concepção do poder do que com a conquista deste". Palavras involuntariamente premonitórias porque, anos depois, nenhum deles se afirmou na liderança de qualquer projecto partidário. O CDS virava, tacitamente, à direita, mas sem crescer nas urnas.

VI Congresso, 1985, Aveiro

O "federador"

À BEIRA da ria de Aveiro, Lucas Pires consolidou a sua liderança. Deixou de ser uma espécie de chefe transitório e recebeu a herança de Freitas do Amaral. Os freitistas passavam por uma fase de distanciamento e emergência, sobretudo, Adriano Moreira como decisivo elemento de unidade do partido. Eleito para o Conselho Nacional, Adriano travou as várias assiduidades, apesar do apoio, já menos discreto do que no Maria Matos, que deu a Lucas Pires. O Bloco Central reinava no país e a questão presidencial colocava-se no horizonte. A direcção liberal que o CDS carregava em Aveiro jogava no desmoronamento da aliança entre o PS e o PSD, na saída de Mário Soares para a disputa presidencial e acompanhava com grande expectativa a fortíssima crise interna dos socialistas-democratas. Mota Pinto representava uma liderança hesitante que vacilava ao eixo Lisboa-Cascais. Mas ninguém podia prever o "terramoto Cavaco".

VII Congresso, 1986, Porto

À sombra de Adriano

MORNO e confuso. Assim começou o congresso de Teatro Rivoli, com o CDS à procura de um sucessor



Alves e Sá: o fundador que primeiro apostou em Monteiro



Santana Lopes pondera desistir e votar na lista de Durão Barroso

Durão Barroso e Fernando Nogueira poderão ser, afinal, os únicos candidatos à sucessão de Cavaco. Isto porque Santana Lopes pondera não avançar. O ministro da Defesa enfrenta, entretanto, ameaças de captura de apoiantes seus da Distrital de Lisboa.

EVA CABRAL
JOÃO PEDRO HENRIQUES *

Pedro Santana Lopes poderá não apresentar listas para os órgãos dirigentes do partido e desistir a favor de Durão Barroso. Ontem, no primeiro dia do Congresso, a hipótese circulava pelos corredores. Militantes «laranjas» próximos do ex-secretário de Estado contactados pelo DN não a desmentiam.

Pelo lado da candidatura de Barroso, António Pinto Leite, um dos mais próximos apoiantes do MNE, reagiu ecamente: «Desconheço em absoluto.»

António Pinto Leite, segundo o DN apurou, parece não estar muito inclinado a aceitar o convite que Durão Barroso lhe fez para uma das vice-presidências da Comissão Política Nacional. Nesta lista dos «vices» consta também Mira Amaral, Ferreira e Amaral e Carlos Pinto. Conon Beleza é hipótese nas, segundo fonte da candidatura de Durão, a ex-ministra poderá encabeçar a lista do Conselho Nacional. Poças Santos, presidente da Distrital de Leiria, é dado como certo como vogal da Comissão Política. Para secretário-geral, duas hipóteses são ventadas: Carlos Encarnação, secretário de Estado adjunto do ministro Dias Loureiro, e Eduarda Azevedo, secretária de Estado da Justiça. Esta última tem, porém,

um sério *handicap*: o seu desconhecimento da estrutura «laranja». Estes dois nomes surgiram depois de Isabel Mota ter recusado integrar qualquer das candidaturas por considerar que o seu lugar no Governo (secretária de Estado do Desenvolvimento Regional) não o permite.

Ontem, a candidatura de Durão Barroso reuniu ao jantar para tratar das listas. Genericamente – e isto tanto se aplica a Durão como a Nogueira – as listas estão longe de estarem concluídas. Todo o dia de hoje servirá para as negociar. Durão «conquistou» ontem um apoio de peso: Pacheco Pereira, líder do grupo parlamentar, tornou explícito finalmente que está

com a candidatura do MNE mas, ao que DN conseguiu apurar, é pouco provável que Pacheco venha a constar nas listas. Certo é que Pacheco Pereira integrará a Comissão Permanente do partido, dado ser líder do grupo parlamentar.

Nogueira em dificuldades

Aparentemente, Fernando Nogueira também estará a sentir bastantes dificuldades em gerar todos os apoios que recebeu ao longo da campanha. A Distrital de Lisboa, por exemplo, parece estar a dar-lhe «água pela barba». Segundo o DN apurou, alguns sectores da distrital deram sinais de descontentamento por não terem sido

colocados em lugar de destaque na lista de Nogueira – que o líder da estrutura, Arlindo de Carvalho, apoia. Um dos protagonistas desse descontentamento poderá ser Pedro Moutinho, vice-presidente da distrital, que, segundo fontes próximas, colocava a hipótese de apresentar uma lista ao Conselho Nacional.

Contudo, membros do *staff* de Nogueira enquadravam esta alegada intenção apenas como forma de chantagem sobre a candidatura, para obterem melhores posições.

Seja como for, Nogueira tem já garantidos quatro vice-presidentes: Mota Amaral – que constará na lista logo a seguir a Nogueira – Marques Mendes, Luís Filipe Menezes e Pedro Pinto. Azevedo Soares será o candidato a secretário-geral, Barbosa de Melo o primeiro da lista para o Conselho Nacional e Eurico de Melo o presidente do Congresso. Uma das dúvidas era Carlos Pimenta. À hora do fecho desta edição não se sabia se o eurodeputado seria candidato a vice-presidente da Comissão Política ou apenas vogal. Como vogal está já garantido Carlos Coelho, actual subsecretário de Estado da Educação. Simbolicamente, um dos principais ideólogos do PSD, José Miguel Júdice, será o último da lista de Nogueira para o Conselho Nacional.

Lima avisa Pacheco

Duarte Lima, o ex-líder parlamentar que caiu em desgraça depois de revelado pelo *Independente* o seu vasto património imobiliário, decidiu aparecer no Congresso.

Em declarações ao DN, Lima – agora colocado na condição de congressista de base – deixou um aviso sério a Pacheco Pereira: «Vim ao Congresso porque quero regressar ao meu lugar na Assembleia», afirmou. A confirmar-se esta intenção, a situação na bancada «laranja» promete vir a agitar-se já que Pacheco se consolidou na liderança.

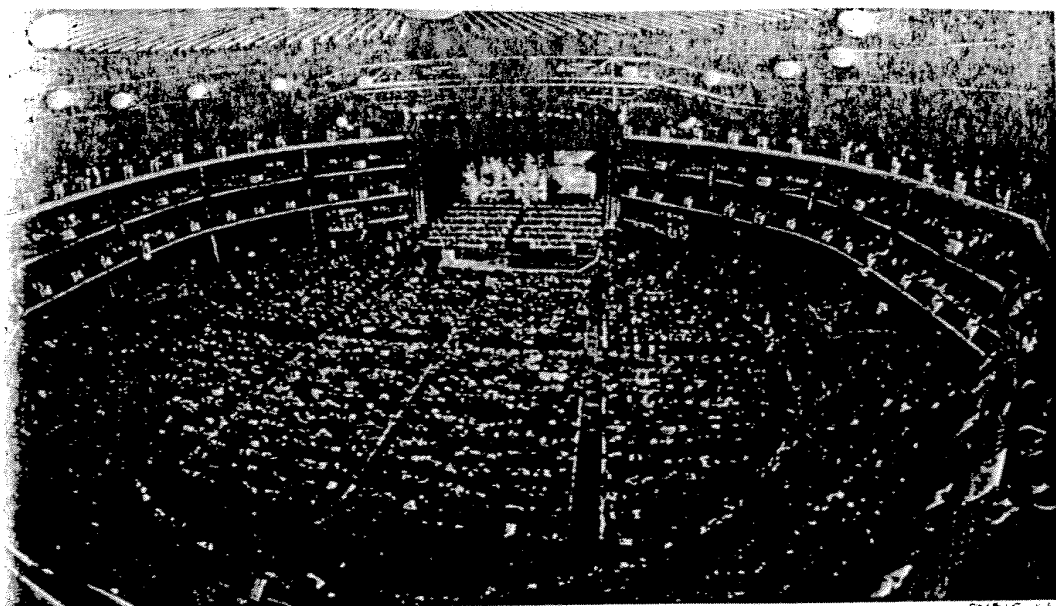


▶ SANTANA LOPES à entrada do Coliseu

DN/Ana Botto

* com Paula Sá

Figura 3. Peça com narrativa dramática – Diário de Notícias, 20 de Fevereiro de 1995 (congresso do PSD)



OS CONGRESSISTAS esperaram até tarde para ouvir a última defesa dos candidatos

DN-Raf Coutinho

NOGUEIRA FALA AO CORAÇÃO, BARROSO À RAZÃO, SANTANA DE IDEIAS

A última prova

Fernando Nogueira procurou «agarrar» os seus apoiantes e diminuir os custos do desastre» Menezes. Durão Barroso afirmou seu perfil de «futuro» primeiro-ministro. Santana Lopes manteve rota de irreverência. Foi assim a última intervenção dos candidatos.

JOSÉ MANUEL BARROSO

Luís Filipe Menezes ia deitando tudo a perder. Numa intervenção desastrosa, dividindo o partido a meio, entre bons e maus, forte e Sul, acabou por virar sala contra si. Os nogueiristas ficaram lívidos e começaram a contabilizar os custos a intervenção do presidente a Distrital do Porto. A intervenção de Fernando Nogueira – a primeira dos três candidatos – foi claramente influenciada por esse episódio. Começou por referir «o incidente» e por anunciar que Menezes pedira para não fazer parte das suas listas. Dando uma ideia de «firmeza tranquila», Nogueira contrabalançou a exclusão

do líder do Porto com a frase «um abraço para ti, Luís Filipe Menezes». Era a parte afectiva a predominar, já, num discurso feito de *votem em mim* – porque, além de «experiência e sabers», o candidato sabe que «fazer política é estar também com as pessoas».

Depois, foi a longa enumeração dos porquês da vantagem da escolha de um homem experiente. Os cargos desempenhados, como governante. O relevar do homem que esteve por detrás de muitas opções de Cavaco. As 500 reuniões presididas do Conselho de Secretários de Estado. O conhecimento dos *dossiers*, o governante que melhor os domina «depois do primeiro-ministro».

E, novamente, a relação pessoal com os militantes, as bases, o percurso das estradas do País, a sua ideia do poder. «Quero sair daqui com um poder forte para construir a unidade do partido», disse Nogueira, «não quero um poder que seja coligação negativa de interesses.»

O candidato que agora sucederá a Cavaco Silva provocou alguns sorrisos em muitos delegados quando referiu «desprendimento do poder» e não ter, nem ir, «negociar apoios». Sorriso que se prolongou quando Nogueira referiu não querer «ganhar por gratidão ou reconhecimento», depois de os discursos dos seus apoiantes e do pró-

«Quero sair daqui com um poder forte para construir a unidade do partido», disse Fernando Nogueira.

«Não quero um poder que seja coligação negativa de interesses.»

Durão Barroso respondeu a Fernando Nogueira, dizendo não falar nos congressistas «da que fiz, mas do que farei».

Disse querer um partido «com alma», «no poder e não na oposição».

prio candidato se terem estrimbado, directa ou indirectamente, no pagamento dessa dívida.

O «dia de amanhã»

«Todos devem ter entendido que esta candidatura teve, tem e terá razão de ser», disse Pedro Santana Lopes aos congressistas. Foi um discurso de um homem solitário, que reconheceu terem sido «escassos» os apoios à sua candidatura e ser grande o seu «distanciamento com as outras candidaturas».

Santana confiou no dia de

«amanhã», na sementeira das suas ideias e críticas. E manifestou a sua frustração por o Congresso não ter podido votar a recusa de apoio a uma eventual candidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República e às ideias de reforma do sistema político. «Então o tal candidato que não tem apoios, que não tem medo a ninguém, não tem o direito a apresentar uma única proposta?», perguntou Santana Lopes. E anunciou não subscrever nenhuma outra candidatura, libertando os seus apoiantes para o voto que entendessem.

Durão Barroso fez um discurso forte, ao estilo de um primeiro-ministro, virado para o amanhã e para o que faria, se fosse eleito presidente do PSD. E respondeu a Nogueira, dizendo não falar aos congressistas «do que fiz, mas do que farei». Disse querer um partido «com alma», «no poder e não na oposição». E procurou, com sucesso evidente, deixar uma imagem forte, depois do discurso menos conseguido do dia anterior. Retomou a linguagem de incitamento ao partido, ao salientar não vir «pedir nada», mas «propor desafios». Falou de uma «candidatura de futuro» e de «convicções». Neutralizando a ideia de que seria contra o aparelho, afirmou ir «trabalhar lealmente com todas as estruturas». No seu estilo, semeou também muito terreno.

Figura 4. Peça com *tom negativo* – Diário de Notícias, 7 de Dezembro de 2000 (congresso do PCP)

CONGRESSO DO PCP

Renovadores ficam fora

Comunistas que se não revêem em certos processos dos «cunhalistas» nem em posições dos partidários da renovação também estarão ausentes

FRANCISCO MANGAS

O núcleo mais forte dos renovadores, do sector intelectual do PCP do Porto, ou não foi eleito ou mostrou-se indisponível, por razões várias, para integrar a lista de delegados ao congresso do próximo fim-de-semana. Ausente vai estar, também, «muita gente» – uma espécie de «Via Terceira» – que não se revê em certos processos dos «cunhalistas» nem em algumas posições públicas dos partidários da renovação.

Um dos rostos mais conhecidos dos renovadores no Porto é o médico João Semedo, um dos subscritores de uma dura carta aberta ao secretário geral do PCP, Carlos Carvalhas. Elemento do sector intelectual, Semedo foi eleito apenas como primeiro suplente. Portanto, só participará no XVI Congresso do PCP se se registar um desistência de um dos delegados.

Alguns intelectuais da «via terceira» gostariam de ver debatidos pelo congresso a questão dos estatutos e o programa do partido. Mas, ao contrário dos renovadores, «aceitam a decisão do Comité Central». Ou seja, refere uma fonte contactada pelo DN, «aceitamos as regras da democracia in-



UNIÃO. «Não alinhados» esperam que Congresso acalme as águas no PCP

terna, como ela existe agora».

Neste momento, sublinha a mesma fonte, «a representação da diversidade» de ideias e posições no Partido Comunista Português «não é ainda a desejada». No entanto, «o valor da unidade sobrepõe-se» a este e outros problemas. Este grupo, não organizado, espera que as águas acalmem a partir de segunda-feira, e à «exclusão» contrapõe a «inclusão».

Entretanto, a lista do Comité Central, que será aprovada no congresso, integra, pela primeira vez, o deputado Honório Novo, José Pedro Rodrigues, estudante

de comunicação social, e António Pimenta Dias, ex-deputado, todos da Direcção Regional do Porto do PCP (DORP).

Do Porto, no CC vão manter-se Jorge Sarabanda, responsável pelo sector intelectual, Emídio Ribeiro, coordenador da DORP na Comissão Política (órgão que abandona), Teresa Lopes e Rui Sá. De saída estão, entre outros, dois nomes importantes do sindicalismo: Manuel Freitas, da Comissão Política da CGTP, que subiu ao CC em 1983, e Vítor Ranta, ex-coordenador da União dos Sindicatos do Porto.

Figura 5. Peça com tom positivo – Público, 20 de Maio de 2001 (convenção do BE)



A moção de censura ameaçada pelo Bloco representa uma predisposição negativa em relação ao próximo Orçamento do Estado

BE opta pela moção de censura ao Governo

II CONVENÇÃO "BLOQUISTA" TERMINA HOJE

A direcção propôs e os 500 delegados assinaram por baixo. Para os bloquistas a lei de programação militar e a lei de bases da saúde foram as gotas de água que fizeram transbordar o copo

Nuno Sá Louçã

O primeiro dia de trabalhos da II Convenção do Bloco de Esquerda (BE) ficou marcado pela aprovação de uma adenda à moção de orientação que exige a apresentação no Parlamento de uma moção de censura ao Governo. Com 189 votos a favor e 11 abstenções, os 500 delegados responderam, assim, à radicalização do discurso da comissão permanente do movimento.

Foi o conteúdo das intervenções dos dirigentes Francisco Louçã e Fernando Rosas que subiram ontem ao palco do auditório da Escola Superior de Educação, em Lisboa, para propor aos seus militantes uma adenda que mandava "a direcção do movimento para, no momento oportuno, responder a esta crise censurando o governo".

A ameaça representa o denunciar de uma predisposição do BE face ao próximo Orçamento do Estado. Uma moção de censura não terá qualquer possibilidade de passar, mesmo que toda a oposição vote com o Bloco.

A proposta caiu bem entre os militantes que, de cá e de lá, costumam falar de "clarificação", "carrão vermelho" ou "censura ao governo, resgates entusiásticos e ruidosamente". Foi Francisco Louçã quem iniciou as hostilidades, na abertura do debate sobre o relatório e resolução política, ao fazer o "balanço mais crítico desta governação".

O anúncio foi feito depois do dirigente ter atacado "a negociata" posta em campo pelo PS à volta, tanto da lei de programação militar (LPM), como da lei de bases da saúde. "O Bloco de Esquerda não fará senão a sua obrigação em mostrar o cartão vermelho a esta política de desinvestimento de gastos ostentatórios", afirmou o dirigente do BE antes de concluir que "perante o pântano que assola o Governo é preferível a clarificação".

Francisco Louçã considerou insustentável o despesismo e ostentação do "mais faraónico de todos os Governos". As principais críticas ao Governo tinham a ver, portanto, com a LPM e a forma como os socialistas se prepararam para a fazer passar no Parlamento, alegadamente com o apoio do Partido Popular: "O Governo não tem qualquer vergonha se na próxima quinta-feira aprovar a lei de programação militar com os votos do Partido Popular", afirmou Louçã já em jeito de ameaça, antes de denunciar "o grande negócio de todos": "António Guterres está a negociar com Paulo Portas um

acordo para 2035, altura em que ambos terão a idade de Ramsés, o que significa 50 queijos ilimianos todos os anos, durante 36 anos."

A lei de bases da saúde que, tal como a LPM, esteve em debate na Assembleia da República na passada semana, foi outro dos motivos que Francisco Louçã invocou para justificar a moção de censura ao Governo. Por esta se render ao princípio da privatização e dos interesses da Ordem dos Médicos: "Temos a medicina privada mais cara da Europa, pois é ela que decide, é ela que impõe."

O também membro da comissão permanente, Fernando Rosas,

começou a sua intervenção pela "reconstrução europeia", apesar de ter centrado os seus ataques no Governo socialista. Acusou o executivo de António Guterres de fazer uma "mera gestão das formas mais violentas do capitalismo" e de, com as suas políticas "abrir o caminho à direita".

Depois de assegurar que um verdadeiro Governo de esquerda não deveria nunca "submeter-se à chantagem do voto útil", Fernando Rosas defendeu também a moção de censura parlamentar: "Preparam-se para a censura parlamentar porque é isso que vamos fazer com eles (PS). Não contem connosco para salvar aqueles que em nome da esquerda governam à direita, quando se virem atrapalhados e estiverem a ir pelo caminho abaixo." António Guterres merecia por isso, "todo o combate político, designadamente, a censura parlamentar".

Os militantes pareciam assumir o desafio, aplaudindo todo o tipo de discursos que se revelavam particularmente críticos em relação ao Governo. "A partir deste momento não pode haver confusão nenhuma", avisava o militante Eduardo Henriques, falando sobre a relação entre o BE e o PS. Antes deste já outro apolante comparara o Governo a uma "carruagem" de que se tornara imperiosa a remoção. Também antes já Manuel Oliveira defendera de uma forma mais subtil a moção de censura: "Que se destaque a máquina." Falta agora ao BE votar a lista única para a Mesa Nacional, de 70 membros, votação que se iniciou ontem e termina hoje ao meio-dia.

A FRASE

"A convenção do Bloco de Esquerda mandata a direcção do movimento para, no momento oportuno, responder a esta crise censurando o Governo e mobilizando forças para o debate necessário acerca das alternativas de política fundamentais e inadiáveis."

Adenda incluída na moção de observação aprovada ontem na II Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Figura 6. Peça com *transformação com citação de palavras do líder* – Público, 4 de Março de 1995
(congresso do CDS-PP)

O PP e o algodão...

CINQUENTA E nove minutos, nem mais nem menos. Foi o tempo que Manuel Monteiro demorou para ler aos jornalistas a sua moção de estratégia ao congresso do CDS-PP, que se realiza no próximo fim-de-semana. Apesar do tempo que levou a leitura do documento, que era acompanhada em fotocópias de texto condensado e letra miúdiinha, e a que se seguiu quase mais uma hora de respostas aos jornalistas, a conferência de imprensa esteve longe de ser aborrecida. Por causa dos membros da comunicação social, sobretudo. Primeiro, foi a luta para instalar os microfones e gravadores, "encavalitados" uns em cima dos outros na reduzida tribuna. Depois, eram os jornalistas a virar ou a trocar as cassetes dos gravadores, no preciso momento em que Monteiro respondia às suas perguntas. "Last, but not the least", os apartes. Como quando o líder centrista garantia que "o Partido Popular não engana...", ao que alguém na audiência acrescentou: "... É como o algodão..." *

Curriculum Vitae

Identificação

Nome Vanda Luísa de Figueiredo Calado
Data de Nascimento 12 de Novembro de 1979
E-mail vanda_calado@yahoo.com

Habilitações literárias

- 2011/2012** Reingresso no **Mestrado** *Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação*, no ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- 2007/2008** Frequência da **Pós-Graduação** em *Direito da Comunicação* no Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 2004/2005** Finalização da **Pós-graduação** em *Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação*, no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- 2003/2004** Ingresso no **Mestrado** *Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação*, no ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- 2001/2002** Conclusão da **Licenciatura** em *Sociologia*, no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com classificação final de 14 valores (**tese de dissertação da licenciatura**, orientada pelo Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira, – “*Os Fabricadores de Política. O Político na SIC Notícias enquanto denominador da Transformação do Espaço Público. Um estudo de caso*” – com classificação de 16 valores).
- 1997/1998** Ingresso na **licenciatura** de *Sociologia*, no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com média de entrada de 16 valores.

Experiência profissional

- 2006/...** Especialista em Monitorização e Análise de Media no Departamento de Análise de Media da **Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** desde Agosto de 2006.
- 2001/2006** Investigadora do **OberCom** – Observatório da Comunicação, na área do Audiovisual. Trabalhou os sectores da Televisão, Cinema, Publicidade e Sociedade da Informação.
- 2004/2006** Bolseira do **Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)**, no projeto “*Jornalismo e Atos de Democracia*”, coordenado pela Prof. Doutora Isabel Ferin.
- 2003/2004** Colaboração, na qualidade de *free-lancer*, com a revista **Media XXI**.

- 2002/2003** Participação, na qualidade de investigadora, no projeto apoiado pelo **OberCom** e coordenado pelo Prof. Doutor Rogério Santos, “*Congressos e Convenções Partidárias. Como se relacionam os políticos e os jornalistas de televisão*”.
- 2002/2003** Bolseira do **Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)**, no projeto “*Elementos para uma teoria da notícia: estudo de caso sobre a análise da mediação jornalística portuguesa do problema social HIV/AIDS*”, coordenado pelo Prof. Doutor Nelson Traquina.
- 2001/2002** Frequência de estágio profissional no **OberCom** (Observatório da Comunicação), orientado pelo Prof. Doutor Francisco Rui Cádima, com classificação final de 17 valores.

Congressos/Conferências

2007 Apresentação da comunicação “*A Ordem Interna nos Noticiários Televisivos*”, em coautoria com Tânia de Moraes Soares, no 5º SOPCOM – Comunicação e Cidadania, na Universidade do Minho, em Braga, 6 a 8 de Setembro de 2007.

2006 Apresentação da comunicação “*Construção Jornalística e Rituais de Interação: Os Partidos Políticos e os Jornalistas de Televisão*”, no II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia, organizado pelo CIMJ, na Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa, 13 e 14 de Novembro de 2006.

Apresentação da comunicação “*Lógicas de Mediatização Subjacentes à Cobertura Jornalística dos Eventos Partidários na Imprensa Portuguesa*”, no LUSOCOM – Comunicación Local: Da Pesquisa á Produción, na Universidade de Santiago de Compostela, em Santiago de Compostela, 21 e 22 de Abril de 2006.

2005 Apresentação da comunicação “*Os Finais de Mandato na Imprensa de Referência: Cavaco Silva e António Guterres*”, em coautoria com a Prof. Doutora Isabel Ferin, no Seminário Espaço Público, Poder e Comunicação, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Coimbra, 5 e 6 de Dezembro de 2005.

Apresentação da comunicação “*Mediação Jornalística dos Eventos Partidários: Lógicas de Mediatização do Campo Jornalístico*”, no 4ª SOPCOM – Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação, na Universidade de Aveiro, em Aveiro, 20 e 21 de Outubro de 2005.

- 2003** Apresentação da comunicação “*Cobertura Televisiva dos Congressos Partidários. A Construção da Realidade Jornalística*”, no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos/II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos – Jornalismo de Referência – na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, 10 e 11 de Abril de 2003.

Publicações

- 2007** TRAQUINA, Nelson, Marisa Torres da Silva, Vanda Calado (2007), *A Problemática SIDA como Notícia*, Lisboa, Livros Horizonte.

CALADO, Vanda (2007), “O Tratamento dos Eventos Partidários na Imprensa Portuguesa: Mediação e Discursos Jornalísticos”, em Isabel Ferin (coord.), *Jornalismo e Democracia*, São Paulo, PAULUS Editora.

FERIN, Isabel e Vanda Calado (2007), “Os Estudos sobre os Media e o Jornalismo e a Utilização do SPSS”, em Isabel Ferin (coord.), *Jornalismo e Democracia*, São Paulo, PAULUS Editora.

FERIN, Isabel e Vanda Calado (2007), “O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo”, em Cláudia Lago e Marcia Benetti, *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*, Petrópolis, Editora Vozes.

CALADO, Vanda (2007), “Jornalismo e Actos de Democracia. II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia”, em coautoria com Rita Figueiras, Carla Ganito e a Comissão de Síntese do II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia, em *Jornalismo e Actos de Democracia*, Revista Media e Jornalismo, 10, Coimbra, Minerva Coimbra.

- 2006** CALADO, Vanda (2006), “Construção Jornalística e Rituais de Interação: Os partidos Políticos e os Jornalistas de Televisão”, em Actas do II Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia (Edição em CD-ROM), Lisboa, Centro de Investigação Media e Jornalismo.

CALADO, Vanda (2006), “Lógicas de Mediatização Subjacentes à Cobertura Jornalística dos Eventos Partidários na Imprensa Portuguesa”, em Actas do Congresso Internacional LUSOCOM 2006 (Edição em CD-ROM), Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

- 2005** CALADO, Vanda (2005), “Mediação jornalística dos eventos partidários: Lógicas de mediatização do campo jornalístico”, em Livro de Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Edição em CD-ROM), Aveiro, Universidade de Aveiro.

2004 SANTOS, Rogério (coord.), Isabel Ventura, Vanda Calado (2004), “Cobertura Televisiva dos Congressos Partidários. A Construção da realidade Jornalística”, em Jorge Pedro Sousa (org.), *Jornalismo de Referência*, Porto, Universidade Fernando Pessoa.

SANTOS, Rogério (coord.), Isabel Ventura, Vanda Calado (2004), “Cobertura Televisiva dos Congressos Partidários. A Construção da realidade Jornalística”, em Jorge Pedro Sousa (org.), *Jornalismo de Referência*, Porto, Universidade Fernando Pessoa.

2002 SANTOS, Rogério (coord.), Isabel Ventura, Vanda Calado (2002), “Congressos e Convenções Partidárias – como se relacionam os Políticos e os Jornalistas de televisão” em *Observatório*, 5, Lisboa, OberCom – Observatório da Comunicação.